



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI**  
**CAMPUS PROFESSOR ALEXANDRE ALVES DE OLIVEIRA**  
**CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

**LUIZ HENRIQUE GALENO PEREIRA**

**PRAGMATISMO EMPRESÁRIO-COMERCIAL: A DITADURA CIVIL-MILITAR**  
**NAS PÁGINAS DO ALMANAQUE DA PARNAÍBA**  
**(1964-1976)**

**PARNAÍBA-PI**

**2025**

**LUIZ HENRIQUE GALENO PEREIRA**

**PRAGMATISMO EMPRESÁRIO-COMERCIAL: A DITADURA CIVIL-MILITAR  
NAS PÁGINAS DO ALMANAQUE DA PARNAÍBA  
(1964-1976)**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), na modalidade Artigo Científico, apresentado à Universidade Estadual do Piauí, Campus Professor Alexandre Alves de Oliveira, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciatura Plena em História.

Orientador(a): Prof. Dr. Danilo Alves Bezerra

**PARNAÍBA-PI**

**2025**



**GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI**  
**CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO**  
**CAMPUS PROFESSOR ALEXANDRE ALVES DE OLIVEIRA**  
**COORDENAÇÃO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**



**ATA DE APRESENTAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

Aos vinte e sete dias de novembro de dois mil e vinte e cinco, às 09:00, na Sala de Reuniões do Prédio A da Universidade Estadual do Piauí – Uespi/Parnaíba na presença da banca examinadora, presidida pelo professor **Danilo Alves Bezerra** e composta pelos seguintes professores membros: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Lêda Rodrigues Vieira** e Prof. Dr. **Francisco José Leandro Araújo de Castro**, o discente **Luiz Henrique Galeno Pereira** apresentou o Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Licenciatura Plena em História, como elemento curricular indispensável à colação de grau, tendo como título: **PRAGMATISMO EMPRESÁRIO-COMERCIAL: A DITADURA CIVIL-MILITAR NAS PÁGINAS DO ALMANAQUE DA PARNAÍBA (1964-1976)**. A banca examinadora reunida em sessão reservada deliberou e decidiu pela **APROVAÇÃO** do candidato. Eu professor Danilo Alves Bezerra na qualidade de presidente da banca lavrei a presente ata que será assinada por mim, pelos demais membros e pelo discente apresentador do trabalho.

Obs.: A banca avaliou o trabalho do discente com a nota 10,0 (dez).

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Danilo Alves Bezerra  
Universidade Estadual do Piauí  
(orientador)

---

Prof. Dr. Francisco José Leandro  
Araújo de Castro  
SEDUC-CE  
(examinador externo)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lêda Rodrigues Vieira  
Universidade Estadual do Piauí  
(Examinadora Interna)

---

LUIZ HENRIQUE GALENO PEREIRA  
Discente

## PRAGMATISMO EMPRESÁRIO-COMERCIAL: A DITADURA CIVIL-MILITAR NAS PÁGINAS DO ALMANAQUE DA PARNAÍBA (1964-1976)

Luiz Henrique Galeno Pereira

### RESUMO

O presente trabalho pretende debruçar-se sobre a atuação do *Almanaque da Parnaíba (AP)*, publicação regional de grande circulação no Estado do Piauí, durante o período da ditadura militar. Considerado um veículo influente da imprensa local, o *Almanaque* se posicionou frente ao golpe de 1964 e ao regime instaurado, promovendo uma visão favorável ao governo autoritário e consolidando valores como ordem, civismo e progresso. A análise do periódico permite compreender como a imprensa local participou da construção de representações políticas e sociais na legitimação de uma narrativa pró-regime. A pesquisa também dialoga com a historiografia parnaibana, sobretudo no que concerne aos debates acerca do papel do *AP* na imprensa local. Além disso, o estudo situa o *Almanaque da Parnaíba* no contexto das relações entre imprensa, elites e poder durante um período marcado pelo autoritarismo no Brasil. A pesquisa se baseia nas edições do *AP* publicadas entre os anos de 1964 e 1976, período em que o *corpus* documental analisado manifesta de forma mais sistemática esse alinhamento, antes da atenuação progressiva do discurso adesista observada a partir de 1977. Consideram-se especialmente as seções produzidas pela redação, além de textos assinados por colaboradores, para compreender os sentidos mobilizados e os valores consolidados pela publicação.

**Palavras-chave:** Almanaque da Parnaíba; Ditadura Civil-Militar; Empresariado; Pragmatismo; Piauí

### INTRODUÇÃO

A temática em torno do *Almanaque da Parnaíba (AP)* já foi explorada por diferentes pesquisadores sob múltiplas perspectivas, consolidando-o como uma das fontes mais relevantes para a compreensão da história cultural e social de Parnaíba-Piauí no século XX. Dentre os estudos dedicados à publicação, destacam-se as pesquisas de Sousa (2018), Carvalho (2016), Freitas (2020) e Souza (2024). Apesar do avanço dessas leituras, as relações de poder e de alinhamento político do *AP* com a ditadura militar ainda permanecem pouco exploradas pela historiografia. Nesse sentido, os trabalhos de Silva Júnior (2021) e Castro (2021) representam contribuições fundamentais, ao destacarem o papel da imprensa piauiense na legitimação do regime e na difusão de seu discurso autoritário entre as décadas de 1960 e 1980.

Contudo, o caso específico do *Almanaque da Parnaíba* ainda carece de uma análise que evidencie como suas seções editoriais e colaborativas atuaram na reprodução simbólica do poder militar e na exaltação dos valores de ordem, civismo e progresso. Assim, o presente estudo propõe-se a preencher essa lacuna ao examinar como o *AP* se posicionou frente ao golpe de 1964 e ao regime instaurado, contribuindo para consolidar, em nível local, as narrativas legitimadoras

do autoritarismo.

Nesse processo, observa-se que o *Almanaque* recorria sistematicamente a um tom laudatório dirigido a autoridades civis e militares, como o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, o general Emílio Garrastazu Médici, ministros do governo ditatorial, como César Cals e João Paulo dos Reis Velloso, além de lideranças empresariais vinculadas ao comércio, integrando essas figuras ao ideário de ordem, civismo e desenvolvimento promovido pelo regime. Essa orientação editorial articula-se de modo evidente à vinculação do periódico ao SESC, cuja atuação educacional e assistencial dialogava com as concepções empresariais de modernização e com a agenda econômica do governo militar, na qual agentes como Jessé Pinto Freire desempenhavam papel estratégico de mediação entre o empresariado e o poder instituído. Esses elementos constituem eixos fundamentais para compreender o alinhamento retórico do *Almanaque* e orientam a análise proposta neste estudo.

O trabalho analisa, sobretudo, as seções decorrentes do periódico: “Prefácio Da Edição”, “Nossa Capa” e “O SESC no Piauí”, nas quais a posição institucional do *Almanaque*, refletindo as opiniões e valores de seus redatores, editores e consequentemente patrocinadores estava explícita. Nesse sentido, entende-se “a pressão dos anunciantes, fonte fundamental de sustento, também não pode ser menosprezada e não é à toa que se afirma que o jornal é vendido duas vezes: uma para os que anunciam nele e outra para o leitor.” (MARTINS; DE LUCA, 2006, p. 9). Também são examinados escritos de cooperadores do *AP* que reforçam o discurso de legitimação do regime, evidenciando assim de que forma o periódico participou do projeto simbólico de construção de uma narrativa positiva da dita “Revolução de 1964”.

Conforme Reis Filho (2014, p. 13), a vitória do movimento civil-militar que depôs João Goulart assinalou o término da experiência republicana iniciada em 1945, instaurando uma ditadura que comprometeu o estado de direito, a democracia limitada e a versão trabalhista do nacional-estatismo. O autor enfatiza, contudo, que tal processo não se deu de forma abrupta ou isolada, mas constituiu-se a partir de uma complexa articulação de condições estruturais, processos políticos e ações individuais, cuja análise contribui para compreender a surpresa e a perplexidade manifestadas tanto por contemporâneos derrotados quanto por aqueles que saíram vitoriosos.

Ademais, Reis Filho (2014, p. 34) ressalta que a ampla aliança entre civis e militares que viabilizou o golpe de 1964 possuía caráter heterogêneo e contraditório, dotada de dinâmica própria e relativa autonomia, de modo que se revela inadequado superestimar a influência externa, como se a atuação dos Estados Unidos tivesse sido o fator determinante ou exclusivo na

eclosão do golpe.

De acordo com Fico (2020, p. 12), o golpe de 1964 não implicava, de forma imediata, a instauração de um regime ditatorial; isto é, no momento de sua deflagração, persistia a expectativa de realização de eleições presidenciais no ano subsequente. Contudo, verificou-se um percurso relativamente célere que conduziu da deposição de João Goulart à consolidação de um regime autoritário. O autor evidencia que o golpe não se configurou unicamente como um movimento militar, mas como um empreendimento civil-militar, salientando que o protagonismo civil extrapolou o mero apoio de setores relevantes da sociedade, incluindo a participação direta de peças-chaves na política nacional, como o governador de Minas Gerais Magalhães Pinto e o então presidente do Senado Auro de Moura Andrade.

O autor destaca, ainda, que o golpe não constituiu um evento corriqueiro ou isento de violência, pois ocorreram mortes, prisões em massa e ampla repressão. Ao sintetizar a motivação central do golpe em um único termo, o autor identifica o “medo” como elemento determinante. O temor das elites e da classe média frente às reformas sociais propostas, como a ampliação de vagas universitárias, o tabelamento de aluguéis e a reforma agrária, revela o autoritarismo estrutural presente na sociedade brasileira. Nesse sentido, essa dimensão do medo permanece como um aspecto fundamental para a compreensão da relevância histórica e contemporânea do golpe de 1964.

Consonante a essa perspectiva, Napolitano (2014, p. 43) assinala que, ao se evocar a ideia de golpe militar, predomina na imaginação do leitor a imagem de uma rebelião nos quartéis: movimentação de tropas, cerco à sede do poder constitucional, pronunciamentos ríspidos das lideranças militares, deposição forçada do presidente eleito e coerção das forças civis resistentes aos golpistas. No caso do golpe de 1964, tais elementos estiveram presentes, mas o episódio incorporou, adicionalmente, uma dimensão que o singulariza, configurando-se como uma trama complexa de engenharia política.

É também evidenciado que, a partir de outubro de 1963, a intensificação da crise política catalisou uma conspiração de longa data, conduzindo o país a um impasse institucional. A transição desse impasse para a rebelião militar ocorreu de forma relativamente rápida, embora a mobilização inicial dos quartéis não constituísse, em si, o golpe de Estado, funcionando, na melhor das hipóteses, como um sinal preliminar. Napolitano enfatiza que o golpe transcendeu a simples rebelião militar, envolvendo um conjunto heterogêneo de conspiradores, civis e militares, liberais e autoritários, empresários e políticos, classe média e burguesia, unidos pelo anticomunismo e pelo conservadorismo antirreformista.

Outrossim, o autor destaca que as derrotas do governo de João Goulart nas batalhas parlamentares de 1963, especialmente no que tange às reformas pactuadas no Congresso e à retomada do controle da economia nacional, deixaram o presidente em situação política fragilizada. Pressionado simultaneamente pelas alas de esquerda e de direita, Goulart viu suas margens de manobra significativamente reduzidas, condição que contribuiu de maneira decisiva para a concretização do golpe.

De acordo com Silva Júnior (2021, p. 62), a referência ao golpe de 1964 como “Revolução” evidencia um caráter marcadamente simbólico e parcial, alinhado à perspectiva dos defensores do movimento militar. O emprego do termo “revolucionar” tende a suavizar a natureza de um Golpe de Estado, ocultando sua inconstitucionalidade, legitimando a ausência de democracia e naturalizando um regime de exceção. Na ótica daqueles que apoiaram ou ainda apoiam o evento, a denominada “Revolução de 1964” seria responsável por uma transformação profunda no país, considerada positiva, mesmo diante do reconhecimento de seu caráter inegavelmente antidemocrático.

Visa-se, neste trabalho, analisar de que maneiras o *Almanaque da Parnaíba* manifestou sua adesão ao regime militar e como colaborou para a difusão de um discurso legitimador do regime golpista de 1964. Pretende-se também examinar as estratégias discursivas utilizadas para validar a ascensão autoritária das Forças Armadas em 1964, identificar os principais temas e valores exaltados em sua argumentação e compreender o papel de outros articulistas do *AP* na consolidação de uma narrativa de apoio aos militares.

A escolha do tema apoia-se na relevância de uma análise acerca de como o apoio à quebra do regime democrático mediante a sublevação militar de caráter golpista de 31 de março de 1964, que, conforme Castro (2021, p. 272-273), deve ser compreendido como um processo cujos desdobramentos se manifestaram também em outros centros urbanos além das capitais, ampliando a compreensão acerca da capilaridade do discurso autoritário no Brasil.

À luz da produção bibliográfica, este estudo dialoga com discussões recentes acerca da imprensa regional e sua inserção nos debates políticos sobre o governo instaurado através do golpe de 1964, em interlocução sobretudo com os trabalhos de Castro (2021) e Silva Júnior (2021). Sob perspectiva subjetiva, a pesquisa nasce igualmente de um interesse em compreender sob quais dinâmicas as publicações periódicas de caráter local, como o *Almanaque da Parnaíba*, reproduziram discursos e contribuíram para moldar a opinião pública a favor do regime.

Conforme Castro (2021, p. 210-211, 213-214), durante o processo de desestabilização do governo de João Goulart e na subsequente tomada de poder pelos militares, a análise de

periódicos de grande circulação no Piauí, como *O Dia*, permite identificar no estado piauiense uma ampla rede de apoiadores civis do golpe de 1964, composta por indivíduos vinculados a grupos políticos tradicionais, ao setor jurídico e ao comércio local. Nesse cenário, segundo o autor, os grupos econômicos não se limitaram à promoção de narrativas autoritárias, mas buscaram vantagens concretas, pressionando por investimentos estruturais e obras de grande porte que servissem a seus interesses, alinhando-se, simultaneamente, à Doutrina de Segurança Nacional e ao projeto político-econômico do Estado militar.

Assim, a participação civil na consolidação da ditadura no Piauí extrapolou a mera aprovação ideológica, envolvendo a articulação de interesses econômicos locais integrados à lógica de modernização autoritária promovida pelo regime. No caso de Parnaíba, Castro (2021, p. 217-220) destaca a imprensa associada aos comerciantes parnaibanos, sobretudo o *Almanaque da Parnaíba*. O autor enfatiza que a imprensa local não se restringiu à cobertura jornalística, mas atuou como agente de legitimação do golpe, apresentando medidas de exceção e atos institucionais como instrumentos de fortalecimento democrático, ao mesmo tempo em que favorecia interesses comerciais e econômicos alinhados à nova ordem militar.

O *corpus* documental analisado compreende as edições do *Almanaque da Parnaíba* publicadas entre 1964 e 1976, intervalo delimitado por corresponder ao momento em que o periódico evidencia, de modo mais sistemático, seu alinhamento retórico ao regime civil-militar. Trata-se do período em que se adensam as manifestações discursivas que revelam o emprego pragmático do AP como instância de legitimação simbólica do projeto autoritário, mediante a articulação de narrativas de ordem, civismo e desenvolvimento aos interesses empresariais locais. Após 1976, observa-se uma inflexão no padrão discursivo, com menor explicitude desse alinhamento e maior heterogeneidade temática, razão pela qual estender o recorte comprometeria a precisão analítica do estudo. Dentre as seções analisadas, a “Prefácio da Edição” mostrou-se particularmente significativa, pois nela o editor Ranulpho Torres Raposo<sup>1</sup> apresentava as diretrizes e o tom político do periódico, frequentemente exaltando o civismo, a moral e o progresso nacional.

A seção “O SESC no Piauí”, embora predominantemente publicitária, revelou vínculos entre o empresariado e o regime, sobretudo quando destacava a figura de Ranulpho Raposo como presidente do Serviço Social do Comércio (SESC) ou a presença de personalidades como

---

<sup>1</sup> Conforme a edição do AP para 1981 (1980, p. 13-17), Ranulpho Torres Raposo foi o segundo proprietário do *Almanaque da Parnaíba*, jornalista, comerciante, diretor regional e fundador do SESC no Piauí, além de exercer cargos relevantes em entidades como o Rotary Club de Parnaíba, a Associação Comercial de Parnaíba e o Conselho Fiscal do Banco do Nordeste.



Jessé Pinto Freire, senador e presidente nacional da Confederação Nacional do Comércio (CNC) e João Paulo dos Reis Velloso, que, conforme Passos (1982, p. 34-39) foi um destacado economista parnaibano, desempenhando diversas funções desde o governo de Castelo Branco, tendo assumido a pasta do Ministério do Planejamento a partir do governo Médici.

Enquanto a seção “Nossa Capa” permitiu observar a estrutura comunicativa que expressava uma evidente postura pró-ditatorial. Em um segundo momento, com o intuito de evidenciar outras manifestações de apoio ao regime, foram analisadas publicações de teor adesista, elaboradas por articulistas do *AP*, especialmente publicações que não apenas fazem menções ou alusões indiretas à ditadura, mas que lhe são explicitamente dedicados, predominantes no anuário sobretudo durante a primeira década do regime.

A pesquisa adota uma perspectiva qualitativa e interpretativa, fundamentada na interpretação das fontes e na análise histórica, o que permite compreender as estratégias e os sentidos políticos presentes na construção discursiva da publicação. A metodologia empregada consistiu na análise sistemática do acervo do *Almanaque da Parnaíba*, abrangendo todas as edições correspondentes ao período da ditadura civil-militar. Durante o levantamento inicial, verificou-se que a voz editorial se manifestava de modo recorrente por meio das três seções supramencionadas, circunstância que justificou sua eleição como núcleo estruturante da investigação.

Na etapa seguinte, procedeu-se ao rastreamento das ocorrências em que tais seções abordavam explicitamente o regime, com o objetivo de apreender os mecanismos pelos quais a voz institucional do periódico produzia e legitimava sentidos políticos para o contexto autoritário. Simultaneamente, foram examinadas contribuições de outros articulistas, selecionando-se aquelas cujos argumentos convergiam com a orientação discursiva delineada no editorial e que, quantitativamente, constituíam a vasta maioria do material publicado. Esses textos compuseram uma linha editorial ampliada capaz de evidenciar a coerência interna da orientação político-discursiva do periódico.

Por outro lado, uma parcela minoritária de artigos que apenas aludiam superficialmente ao regime ou que tratavam de temas relativamente dissonantes da orientação predominante, como a relação dos sindicatos ou a Música Popular Brasileira, foram preteridos, a fim de promover uma maior centralidade analítica do diálogo entre o editorial e as manifestações de adesão emitidas pelos colaboradores do *Almanaque*.

A perspectiva teórica adotada se articula às reflexões de Tânia Regina de Luca (2005) acerca dos usos da imprensa enquanto uma fonte histórica, compreendendo o periódico como um

objeto cultural complexo, dotado de materialidade e de intencionalidade política. Dessa forma, o *Almanaque da Parnaíba* é compreendido como um agente criador de representações, e não apenas como um meio de registro de fatos. O referencial teórico estabelece diálogo ainda com autores que discutem as relações entre imprensa, cultura e regime militar, como Napolitano (2014) e Araújo (2002), que investigam a construção de narrativas culturais e o papel da propaganda no fortalecimento da imagem do governo militar. O trabalho estrutura-se em três partes principais, além desta introdução e das considerações finais.

A primeira seção, “O *Almanaque da Parnaíba* na historiografia contemporânea”, busca contextualizar o periódico e as pesquisas já realizadas sobre ele no âmbito da historiografia atual. A segunda, “O pragmatismo cívico-desenvolvimentista no editorial do AP”, dedica-se à análise das manifestações partidárias e das orientações políticas expressas nas falas da redação. Por fim, a terceira seção, “Adesismo cívico-moralizante e cultura política<sup>2</sup> nas seções colaborativas do AP”, aprofunda o exame ao abordar a atuação de outros colaboradores do *Almanaque* na legitimação do regime golpista de 1964.

## 1. O ALMANAQUE DA PARNAÍBA NA HISTORIOGRAFIA CONTEMPORÂNEA

O *Almanaque da Parnaíba* foi um anuário fundado em 1923 pelo comerciante Benedicto dos Santos Lima<sup>3</sup>, conhecido como Bembem, que se destacou como a publicação de maior duração no estado do Piauí. Reconhecido por sua relevância, tornou-se um veículo fundamental para a divulgação de ideias que exaltavam a modernização e o progresso local. Financiado sobretudo pela elite empresarial, o *AP* apresentava um conteúdo impregnado de textos apologéticos, que além de enaltecer a cidade de Parnaíba a partir de uma perspectiva de progresso econômico, também refletiam as mudanças políticas, culturais e sociais daquele período. Por essa razão, é uma fonte abrangente e fundamental para compreender as narrativas conservadoras que marcaram a região litorânea do Piauí.

Ao longo dos anos, o *AP* tem despertado o interesse de diversos pesquisadores, especialmente aqueles voltados para a história da imprensa e da cultura no Piauí do século XX. Entre os estudos dedicados a essa publicação, ganha destaque a tese de doutorado de Cleto

<sup>2</sup>Segundo Motta (1996, p. 95), o conceito de cultura política pode ser compreendido como o conjunto de normas, valores, atitudes, crenças, linguagens e imaginários compartilhados por determinado grupo, que têm por objeto os fenômenos políticos.

<sup>3</sup>Segundo o *Almanaque da Parnaíba* (1959, p. 273, 275), Benedicto (ou Benedito) dos Santos Lima, conhecido como “Bembem”, foi o idealizador, fundador e colaborador assíduo do periódico, além de atuante no comércio, no jornalismo e na vida cultural de Parnaíba. Natural de São Bernardo (MA), radicou-se em Parnaíba em 1910, onde fundou o jornal *Aljava* e integrou a Associação Brasileira de Imprensa. Faleceu em 21 de agosto de 1959, sendo homenageado pelo *Almanaque*, que lhe dedicou a capa da edição daquele ano.

Sandys Nascimento de Sousa (2018), que enxerga a publicação enquanto reflexo de um projeto de modernidade idealizado para a cidade de Parnaíba, no período entre 1924 e 1941.

Sob o título “*Almanack da Parnahyba: desejo de modernidade sob o véu da barbárie*”, a pesquisa propõe uma leitura crítica do periódico, buscando compreender de que forma ele construiu, por meio de discursos, imagens e escolhas editoriais, uma representação positiva e civilizada da cidade. Em vez de apenas refletir a realidade, o periódico participava ativamente da construção de um imaginário urbano sintonizado com os ideais europeus de progresso, ao mesmo tempo em que silenciava ou ocultava as profundas desigualdades sociais vividas localmente.

A partir de uma perspectiva fundamentada na História Social da Cultura, Sousa (2018) analisa os textos, anúncios, poesias e fotografias presentes no *AP*, e mostra como o periódico operava em múltiplas frentes: era mercantil, literário, estatístico, publicitário e também político. Atuava como instrumento de valorização da cidade e de consagração simbólica de seus setores mais privilegiados, moldando uma narrativa que conectava Parnaíba à ideia de civilização e modernidade.

Para o autor, o anuário não apenas documentava o tempo, mas contribuía para moldá-lo. Funcionava como um espelho cuidadosamente posicionado: refletia apenas o que interessava aos seus editores e leitores privilegiados, deixando à sombra conflitos sociais, exclusões e desigualdades sociais. Nesse cenário, o anuário torna-se uma espécie de vitrine onde a cidade é vendida como moderna, próspera e cosmopolita, mesmo que, por trás dessa fachada, persistem práticas excludentes que fomentavam a marginalização.

Para Sousa (2018), o *AP* é mais do que uma simples publicação anual: é um artefato civilizador, que organiza a memória coletiva, padroniza o tempo e promove um ideal cidadão desejado ao custo de silenciar vozes e realidades que destoavam desse projeto. Assim, a modernidade apresentada em suas páginas, longe de ser de um retrato fiel da realidade, era na verdade uma construção elaborada de forma cuidadosa a fim de afirmar certos valores, classes e visões de mundo.

Nesse sentido, outro trabalho igualmente relevante para nossa discussão é a tese de Jeferson Luís Marinho de Carvalho (2016), que analisa o *Almanaque da Parnaíba* a partir de uma perspectiva educacional, compreendendo-o como um espaço privilegiado de produção e circulação de discursos sobre a educação entre os anos de 1924 e 1982. Intitulada “*Almanack da Parnahyba: leituras da educação em suas páginas*”, a pesquisa tem como foco principal identificar e interpretar as representações da educação presentes no periódico, tratando-o como

um artefato cultural que atuava, ao mesmo tempo, como instrumento de instrução, disciplinamento e civilidade.

Com base nos arcabouços teóricos da História Cultural, o autor desenvolve sua análise em duas direções: a educação como prática civilizadora e a educação formal e institucionalizada. Em ambas, destaca como o *Almanaque* refletia e reforçava valores sociais associados à modernidade, à ordem e ao progresso, por meio de textos, anúncios, imagens e narrativas que orientavam comportamentos e consolidavam visões de mundo. O *AP* é, assim, caracterizado como uma publicação diversificada, que, além da função informativa, assumia um papel formador, demonstrando as conexões entre cultura impressa, poder simbólico e práticas educativas em contextos locais.

Tanto a pesquisa de Sousa (2018) quanto a de Carvalho (2016) contribuem para ampliar a compreensão do *AP* enquanto objeto complexo, situado na confluência entre imprensa, cultura e poder. Enquanto Sousa (2018) se concentra na crítica ao discurso modernizador presente no anuário, enfatizando suas estratégias de ocultamento das desigualdades sociais sob o “véu da barbárie”, Carvalho (2016) volta-se para as representações da educação, abordando o periódico como uma ferramenta de civilização e instrução, que veiculava valores morais, comportamentais e institucionais alinhados a um projeto elitista de modernidade urbana.

Ambas as abordagens, ainda que partindo de óticas distintas, convergem ao revelar o *AP* enquanto um produto discursivo da elite local, comprometido com a construção de uma imagem idealizada de Parnaíba. Seja pela via da crítica cultural, ou pela via da história da educação, ambos autores evidenciam o papel da publicação como agente ativo na produção de sentidos, na organização da memória e na modelagem de sujeitos modernos, civilizados e conformados aos ideais dominantes.

Ana Beatriz Araújo de Freitas (2020), em texto que compreende o periódico sob a ótica das representações de gênero entre as décadas de 1940 e 1950, investiga como o *AP* contribuiu para a construção e manutenção de papéis sociais tradicionalmente atribuídos a homens e mulheres, evidenciando o papel da imprensa local na disseminação de ideais conservadores sobre família, casamento e moralidade. Seu estudo revela também as tensões e contradições presentes nos discursos da publicação, especialmente em face das recorrentes transformações sociais da época.

Freitas (2020) destaca que o *Almanaque da Parnaíba* atuava como um agente ativo na normatização de comportamentos, especialmente no que diz respeito às mulheres. Por meio de conselhos, crônicas, poemas e artigos de opinião, o periódico reforçava a imagem da mulher

ideal como submissa, recatada, responsável pelo lar e pela moralidade da família. Ao mesmo tempo, o *AP* silenciava a presença das mulheres pobres e trabalhadoras, ao sugerir um modelo único e idealizado de feminilidade. A análise da autora contribui para compreender o papel fundamental da imprensa local na formação das ideias sobre gênero em um contexto de transformações e tensões sociais.

É também enriquecedor para esse debate a monografia de Julimar Mello da Silva Junior (2021), que analisa as representações político-sociais no *Almanaque da Parnaíba* entre 1960 e 1985, destacando sua função como veículo de afirmação ideológica conservadora. O autor evidencia como o periódico, longe de ser neutro, atuava como instrumento da elite local para promover discursos alinhados ao civismo, ao catolicismo e ao nacionalismo, especialmente durante o regime militar.

Através de uma abordagem filiada à História Cultural, Silva Junior (2021) demonstra que o *AP* não apenas informava, mas também moldava percepções sobre democracia, progresso e identidade regional, legitimando a ordem estabelecida e silenciando perspectivas dissidentes. Sua análise complementa outras leituras do *AP* ao revelar suas estratégias discursivas de apoio ao regime, seu enaltecimento das autoridades e seu papel na construção de uma memória seletiva da cidade de Parnaíba.

O autor também evidencia a estreita vinculação entre a publicação e o projeto de modernização conservadora promovido pelas elites parnaibanas, sobretudo durante os chamados “anos de chumbo”. O periódico é analisado como um espaço de produção simbólica que reforçava os valores da ordem, do progresso e da moral tradicional, ao mesmo tempo em que promovia uma imagem idealizada da cidade, em dissonância com as tensões políticas e sociais da época.

O autor destaca como temas como o anticomunismo, o patriotismo e o desenvolvimento regional eram constantemente mobilizados para sustentar uma visão homogênea e disciplinada da sociedade, apagando conflitos e divergências. Nesse sentido, o *AP* é interpretado como uma exposição da “boa conduta”, reafirmando os pilares ideológicos do regime e naturalizando a presença do poderio militar como garantia de estabilidade e crescimento.

Além disso, a pesquisa contribui para a compreensão do *Almanaque* enquanto uma fonte historicamente situada, cujo conteúdo é marcado por estratégias discursivas que respondem diretamente ao contexto político e social. Silva Junior (2021) argumenta ainda que a aparente pluralidade temática do *AP*, que incluía textos sobre cultura, economia, religião, literatura e

ciência, não impedia a predominância de um viés editorial seletivo, que priorizava certas vozes e silenciava outras.

A valorização de figuras públicas alinhadas ao regime, a omissão de pautas sociais urgentes e a presença constante de referências religiosas e nacionalistas compõem, segundo o autor, um mosaico de sentidos que reafirma a hegemonia das elites intelectuais e comerciais parnaibanas. Com isso, o estudo amplia a compreensão do *AP* como artefato de poder e como mecanismo de construção de uma memória social comprometida com os valores da ordem, da autoridade e da tradição.

As análises de Silva Junior (2021) e Freitas (2020) se alinham ao evidenciar o *Almanaque da Parnaíba* como um espaço privilegiado de produção e difusão de discursos normativos, ainda que os autores tenham enfoque em dimensões distintas desse processo. Enquanto Silva Junior (2021) se debruça sobre as representações político-sociais presentes nas edições entre 1960 e 1985, destacando o papel do periódico na legitimação do conservadorismo ideológico, da ordem militar e da elite local, Freitas (2020) volta-se para o recorte temporal das décadas de 1940 e 1950, voltando-se para a construção de modelos de gênero dentro da cultura letrada regional. Ambos, no entanto, revelam como o *AP* operava enquanto um mecanismo de poder simbólico, moldando comportamentos, orientando valores e reforçando hierarquias sociais, tanto na política, como no cotidiano doméstico.

A recente tese de Priscila Saraiva de Moura Souza (2024) traz ainda uma abordagem muito interessante para essa discussão. Ao analisar o *Almanaque da Parnaíba* como um instrumento ativo na construção de representações sobre a cidade, a política e os papéis de gênero entre 1924 e 1941. A autora defende que o periódico não se limitou à função informativa, mas desempenhou um papel relevante no desenvolvimento de um ideal de cidade “moderna” e “civilizada”, em sintonia com os interesses da elite comercial local. Nesse sentido, o *AP* contribuiu para a difusão de valores de progresso, urbanização e ordem, construindo uma imagem positiva de Parnaíba e legitimando práticas sociais que reforçavam padrões de comportamento ligados à modernidade conservadora do período.

Além disso, a tese destaca como o *AP* assumiu uma postura de adesão ao projeto político de Getúlio Vargas, especialmente após a Revolução de 1930, exaltando figuras locais vinculadas ao regime varguista e promovendo uma narrativa de modernização alinhada ao Estado Novo. A autora também evidencia a forma como as representações de gênero foram mobilizadas no periódico, apresentando a mulher como figura central do lar, reforçando seu papel como mãe e esposa, e silenciando diferenças de classe ao propor um modelo universalizado de feminilidade.

Dessa forma, Souza (2024) revela como a publicação funcionava como um espaço de mediação ideológica, estruturando uma visão de mundo que articulava conservadorismo, progresso econômico e normatividade social.

A leitura proposta por Souza (2024) dialoga diretamente com as abordagens de Sousa (2018), Carvalho (2016), Silva Junior (2021) e Freitas (2020), ao evidenciar o *Almanaque da Parnaíba* como um artefato discursivo engajado na construção simbólica de uma cidade idealizada e socialmente hierarquizada. Em sintonia com Freitas (2020), a autora aponta para a atuação do *AP* enquanto um mediador de ideologias conservadoras, seja no campo político, seja na normatização dos papéis de gênero. Ao destacar a vinculação do periódico com o projeto varguista e seu papel na legitimação de modelos hegemônicos de sociedade, Souza (2024) amplia o escopo analítico ao revelar como o *AP* articulava diferentes esferas políticas e culturais em torno de uma narrativa alinhada aos interesses das elites e às estruturas de poder vigentes.

A partir das contribuições destes autores, consolida-se uma análise crítica do *Almanaque da Parnaíba* como um produto editorial que operava ativamente na construção de representações sociais alinhadas a projetos políticos e ideológicos. Embora cada um mobilize enfoques distintos, sua totalidade conflui ao evidenciar o *Almanaque* como espaço privilegiado de difusão simbólica de valores das elites locais. Mais do que um simples repositório de informações, o periódico funcionava como difusor de ideologias, estruturando narrativas de pertencimento, autoridade e identidade em consonância com interesses hegemônicos.

Essa confluência analítica reforça a compreensão do *AP* como um instrumento de produção da realidade, e não um suposto reflexo fidedigno. Por meio de crônicas, editoriais, imagens, seleções temáticas e estratégias discursivas, a publicação projetava uma visão da cidade utópica, pautada por valores como ordem, moralidade, progresso e civismo. As análises de Silva Junior (2021) e Souza (2024), ao se debruçarem sobre os contextos da Ditadura Militar e do Estado Novo, respectivamente, demonstram como o periódico foi adaptando seu discurso para legitimar diferentes formas de autoritarismo e reforçar papéis sociais rígidos, especialmente no que diz respeito ao papel de gênero, à exaltação das autoridades e à supressão de vozes dissonantes. Em todos os casos, o *AP* aparece como uma vitrine simbólica de uma cidade com ganas de uma aparência atrelada à ideia de modernidade, mas profundamente regulada por um ideal normativo da sociedade.

É nesse horizonte interpretativo que esta pesquisa se insere, propondo uma análise crítica dos discursos presentes nas seções editoriais do *Almanaque da Parnaíba*, durante a ditadura militar. Dialogando com autores que discutem imprensa e ditadura militar, focando sobretudo na

dimensão local do discurso, esse trabalho pretende compreender a atuação do *AP* como veículo de legitimação do regime antidemocrático estabelecido em 1964. Ao tratar o periódico enquanto um dispositivo ideológico, pretende-se observar seus mecanismos discursivos, ampliando a compreensão de seu papel na conformação do imaginário político-social de Parnaíba e de seu entorno com determinados projetos de sociedade.

## 2. O PRAGMATISMO CÍVICO-DESENVOLVIMENTISTA NO EDITORIAL DO AP

Conforme De Luca (2005, p. 139-140), os periódicos não devem ser pensados enquanto obras solitárias, mas empreendimentos coletivos capazes de agregar pessoas em torno de um conjunto de princípios e convicções cujo intuito é espalhar por meio da comunicação escrita, de tal forma que, à luz da epistemologia da disciplina, sem restringir o uso de jornais e revistas, percebe-se que a imprensa organiza e relata de modo específico o que considera relevante, enquanto a análise do discurso permite ao historiador problematizar a relação direta entre narrativa e acontecimento.

Na edição do *AP* para o ano de 1942, temos uma mudança significativa em sua linha editorial, Benedicto dos Santos Lima, seu criador, passa os direitos da obra para o empresário Ranulpho Torres Raposo:

Benedicto dos Santos Lima, que nos procurou para entregar espontaneamente os direitos editoriais desta obra, cansado já das decepções, trabalhos, desgostos, contrariedades que lhe ficavam como consequência do perseverante tentamen de manter vivo o ALMANAQUE DA PARNAÍBA, soube conduzir a obra que criou, pelo unico caminho capaz de conquistar a simpatia e o apoio de todo verdadeiro piauiense (RAPOSO, 1941, p. 07).

Segundo o extenso obituário publicado na seção “Nossa Capa” da edição do *AP* para 1981 (1980, p. 13-17), Ranulpho Torres Raposo era jornalista filiado ao sindicato piauiense dos jornalistas e um conceituado comerciante local do ramo de representações comerciais, além de diretor regional do SESC, que ele próprio ajudou a fundar no Estado do Piauí, além de possuidor de inúmeras conexões políticas e econômicas pelo país, sendo por duas vezes presidente do Rotary Club de Parnaíba, presidente da Associação Comercial de Parnaíba, membro do Conselho Fiscal do Banco do Nordeste, vice-presidente do Conselho Nacional do Comércio e também presidente da Companhia de Luz e Força de Parnaíba.

Sob a direção de Torres Raposo, o *Almanaque da Parnaíba* gradualmente adquire novos contornos. A análise das edições posteriores revela que dois elementos passam a se incorporar de



forma mais sistemática à estrutura do periódico: de um lado, as estatísticas fornecidas pelo governo estadual, transformando o *Almanaque* em um veículo de propaganda do desenvolvimento e do progresso econômico do Piauí; de outro, uma seção literária mais robusta e diversificada, e ainda, conforme o próprio *AP*, passou a ser "organizado e dirigido pelo cérebro fulgurante do consagrado poeta e escritor Paulo Aragão"<sup>4</sup> (OLIVEIRA, 1974, p. 75), reunindo crônicas, poesias e contos, somando-se às seções noticiosa e charadística já existentes sob a direção de Santos Lima. Na edição para o ano de 1985, ao traçar um panorama sobre as manifestações políticas presentes nas páginas do *AP*, Manuel Domingos Neto observa:

“Fiel à tradição política dos comerciantes locais, o Almanaque da Parnaíba nunca foi manifestamente partidário. Do ponto de vista ideológico, sempre foi conservador, mas nunca tendeu à defesa incondicional ou à propaganda sectária de grupos que disputavam o poder. Revelando o espírito “pragmático” dos negociantes, chegou mesmo a registrar matérias elogiosas sobre figuras de alas em disputa. Preservando-se do partidarismo, o anuário, entretanto, não se esquivou do enaltecimento do poder. Nunca faltou espaço para a saudação às “autoridades constituídas” — e nisso os editores confirmaram seu “pragmatismo”. [...] O respeito ao Poder era manifestado sem vacilações.” (NETO, 1984, p. 10-11)

Tal enaltecimento do poder constituído pelo golpe militar de 1964 fica muito evidente na edição *AP* para 1965. Segundo Castro (2021, p. 218) a publicação sugere que tanto comerciantes quanto parte da mídia nacional encararam o golpe de 1964 de forma positiva, com os escritores transmitindo a ideia de que ele buscava normalizar a situação política e restaurar a ordem democrática. Esse enquadramento favorável pode igualmente ser compreendido como manifestação do pragmatismo político descrito por Neto (1984), segundo o qual as elites comerciais locais evitavam compromissos partidários explícitos, mas mantinham uma postura sistematicamente reverente às autoridades constituídas. Nesse sentido, a opção por alinhar-se ao grupo então dominante derivava menos de convicções ideológicas e mais de cálculos orientados à preservação de prestígio e influência.

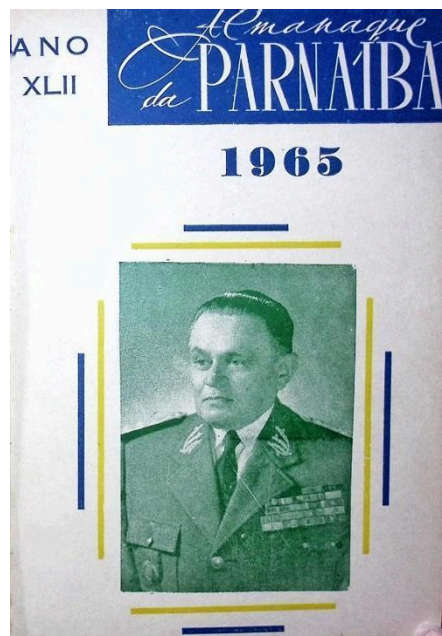
Conforme é destacado por Silva Júnior (2021, p.62) os elementos gráficos presentes denotam intencionalidade, os riscos em tons de azul e amarelo emolduram a imagem do marechal em matiz verde, remete simbolicamente à identidade nacional brasileira. Além disso, a

---

<sup>4</sup> Segundo Ibiapina Filho (2003, p. 467–468), Paulo Ximenes Aragão nasceu em Sobral (CE), em 25 de janeiro de 1897, e faleceu em Fortaleza em 5 de março de 1979. Jornalista, fundou e colaborou em diversos periódicos regionais e nacionais, como o *Almanaque da Parnaíba*, *Gazeta Central*, *O Rebate*, *O Malho* e *Fon-Fon*. Além do jornalismo, atuou como poeta, educador, empresário e político, fundando instituições importantes em Sobral, como a Associação dos Empregados no Comércio (1921), o Banco Mercantil Caixeiral (1930) e a Escola Técnica de Comércio Dom José. Foi membro da Academia Sobralense de Letras e destacou-se como figura central da vida cultural do norte cearense na primeira metade do século XX.

representação do ditador como uma postura sisuda de disciplina, evidenciada por sua aparência e porte autoritário, denotam previamente algumas das medidas a serem promovidas a partir desse governo.

**IMAGEM 01:** Capa do *Almanaque da Parnaíba* para 1965



**Fonte:** *Almanaque da Parnaíba*, 1965

**Acervo:** Digitalização do autor em 17 ago. 2025

De acordo com Castro (2021, p. 217) o *Almanaque* funcionava como meio de divulgação comercial e cultural em Parnaíba e no estado, mas, nessa edição, revelava também a tendência dos escritores de se aproximarem dos novos detentores do poder, indicando uma adesão tácita ao golpe em curso. Na seção chamada de “Nossa Capa”, também assinada pelo editorial, são evidenciados os elementos que justificaram a escolha da apresentação visual daquele ano:

A nossa capa eleva-se, nesta edição, com o retrato do Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, que é **piauiense de coração**, intimamente ligado à nossa terra pelas memórias do muito que viveram e atuaram em Campo Maior os seus avós. Prestamos assim homenagem a um homem que vinha honrando a farda do nosso Exército, pois era um dos grandes continuadores da tradição do Duque de Caxias, pela inteligência, pela probidade e por uma carreira que passou por todas as culminâncias, inclusive a do heroísmo de serviços de guerra prestados, com relevo e bravura, nas batalhas que a Força Expedicionária Brasileira travou na Itália (REDAÇÃO, 1964, p. 45, grifos nossos).

Ao descrever Castelo Branco como “piauiense de coração”, o autor busca estabelecer um vínculo identitário entre o líder nacional e o Piauí, aproximando o poder executivo da realidade local por meio das supostas “memórias” de seus avós em Campo Maior. Essa estratégia de

vinculação da figura do ditador ao território piauiense procura reforçar sua legitimação no imaginário regional, apresentando-o como alguém de alguma forma ligado à região e, assim, integrando o Piauí à narrativa golpista da chamada “Revolução de Abril”. O texto associa ao ditador qualidades como “inteligência” e “probidade” e também feitos heroicos como as “batalhas na Itália”, delineando-o como um líder exemplar e virtuoso. A junção de virtudes heroicas e militares à moralidade pública busca legitimar o novo líder através do ideal de serviço e sacrifício em nome da nação. Tal enaltecimento evidencia, em nova demonstração desse padrão, a conduta pragmática que orientava a atuação das elites locais diante do novo regime, para as quais a exaltação ostensiva do chefe do Executivo operava como mecanismo de aproximação e acomodação ao arranjo de poder então vigente.

Castro (2021, p. 217-218) evidencia ainda o pragmatismo dos comerciantes de Parnaíba ao observar que o *Almanaque da Parnaíba* de 1965 apresentou em sua capa a figura do marechal Castello Branco. O autor ressalta que o principal enfoque dessa edição consistia na necessidade de alinhamento do periódico aos novos “donos do poder”, configurando uma prática clara de adesismo ao regime dominante. Nessa perspectiva, os comerciantes locais interpretaram o golpe como positivo, acompanhando a tendência da maior parte da mídia brasileira ao propagar a narrativa de que a tomada de poder visava sanar a “anormalidade institucional” e restaurar a democracia no país.

Segundo Silva Júnior (2021, p. 64-65), ao exaltar, com certo saudosismo, figuras como Duque de Caxias e o então Marechal Castello Branco, o *AP* permite compreender as influências desses personagens dentro do contexto histórico de sua época, estabelecendo um diálogo que valoriza a ordem e o papel das Forças Armadas. Além disso, o autor também enfatiza que essa edição do *AP* evidencia um claro adesismo à ditadura, reconhecendo tanto seu potencial desenvolvimentista quanto às perspectivas de prosperidade econômica associadas ao novo contexto político. Destaca-se, ainda, o prefácio do anuário, no qual o editor dedica a publicação ao regime recém-instalado:

Assim, é com justo desvanecimento que abrimos esta 42ª edição, sobretudo por sua coincidência com um excepcional momento da vida brasileira. Dedicamo-la, pois, à 5ª nossa República, pela elevação de propósitos que a motivou: **restabelecer a ordem e assegurar o progresso** pelo império da Lei, que entre nós adquiriu sentido nacional, a todos impondo deveres e assegurando direitos. Ainda em fase de promoção, **a Revolução de 1964 impôs-se critérios de verdadeira brasilidade e civismo**, e nós **esperamos cantar-lhe a vitória plena** quando mais uma vez circularmos, em 1966, felizes de ver que a imprensa brasileira, não apenas nós, **orgulha-se da Pátria que ajudou a reconstruir, engrandecida e glorificada**. (RAPOSO, 1964, p. 13, grifos nossos).

O discurso, consonante com o novo regime, adotou termos como ordem, progresso, civismo e brasilidade, que funcionam como instrumentos discursivos ideológicos do regime militar. Na edição do ano seguinte, o *AP* prossegue seu apoio ao regime ditatorial retomando as ideias adotadas no ano anterior:

Como dissemos em nossa edição anterior, **esperávamos poder cantar a vitória completa** da Revolução de 1964 quando circulasse esta nossa edição. Não nos advertíramos, então, de que o Brasil é muito grande e que, gigantesca, **a tarefa a realizar demanda maior tempo**. É-nos grato registrar, porém, que a **luta** não sofreu solução de continuidade. Se **nem tudo ainda se consertou**, alenta ver que prevalece e persiste o **propósito firme de sanear e moralizar a administração pública e mesmo aspectos da vida e das empresas particulares**, pois só desse modo, de **alma e corpo sãos, será possível construir a grandeza da Pátria querida, proporcionando a todos vida tranquila, alegre e feliz**. Que Deus continue a inspirar e fortalecer os nossos bem-intencionados governantes. Ranulpho Torres Raposo. Firmes na disposição de bem servir, oferecemos aos nossos patrícios, colaboradores e assinantes a 43ª edição do Almanaque da Parnaíba. (RAPOSO, 1965, p. 11, grifos nossos)

O Prefácio da 43ª edição do *Almanaque da Parnaíba* para o ano de 1966, dá continuidade ao tom e à linha editorial inaugurados na edição anterior. Logo na abertura, Ranulpho Torres Raposo retoma a promessa feita no texto passado, de que o próximo número celebraria “a vitória completa da Revolução de 1964”. O autor, porém, relativiza essa expectativa, afirmando que a “gigantesca tarefa” de reconstrução nacional exigiria mais tempo, em razão da dimensão do país.

O discurso do editorial se mantém alinhado ao discurso da ditadura militar, focado em ideias como luta, moralização e saneamento da administração pública. Ranulpho expressa-se de maneira confiante quanto aos “propósitos firmes” de correção e renovação nacional, pensando não apenas no campo de ação do regime na política, mas também nos “aspectos da vida e das empresas particulares”. Essa ampliação do alcance moralizador em aspectos da vida privada denota o caráter adesista empregado por Raposo, apresentando a “revolução” como um processo regenerador que trará de volta a “grandeza da Pátria” e proporcionará um ambiente de tranquilidade e alegria, valendo-se assim de uma retórica repleta de idealismo e nacionalismo.

De acordo com Castro (2021, p. 262), a utilização de conceitos como “revolução redentora” foram mobilizados na construção de discursos favoráveis ao golpe de 1964, nos quais seus apoiadores buscaram, ao longo da ditadura, moldar a memória sobre os acontecimentos desse período. O autor observa que narrativas enfatizavam o crescimento econômico, a estabilidade e a modernização, conforme propagado pelo regime militar, ao mesmo tempo em que negavam a dimensão excludente e violenta do golpe, bem como a perseguição a adversários

políticos, justificando tais medidas como necessárias para garantir o desenvolvimento econômico e a manutenção da “ordem”.

Ao afirmar que “nem tudo ainda se consertou”, Raposo faz menção a uma “luta” e propõe “sanear e moralizar” tanto a esfera pública quanto a privada. Esse tipo de discurso reforça a visão pró-golpe, que atribuía aos militares a missão de, supostamente, restaurar a ordem no Brasil. Essa retórica, reproduzida por Raposo, converge com a análise de Napolitano (2014, p. 48), segundo a qual, a partir do final de 1963, o conservadorismo veiculado pela imprensa atuava na defesa de interesses tradicionais, especialmente dos grandes proprietários de terra e das multinacionais, ameaçados pelas reformas e pelo nacionalismo econômico das esquerdas.

A referência a Deus no fim do texto confere ao prefácio um tom de legitimação religiosa, sugerindo que a autoridade política também é apoiada em uma dimensão divinal. Essa combinação entre aspectos de moral, civismo e fé reforça a visão de Raposo de um projeto de nação com disciplina e virtudes, concorde com um discurso devotamente conformista.

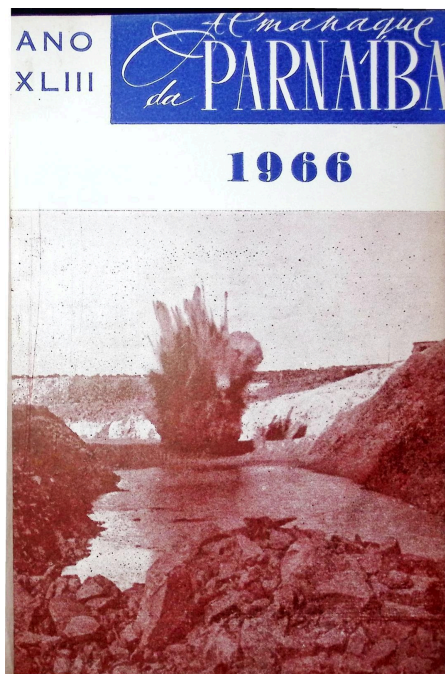
A seção “Nossa Capa” da edição para 1966, trazendo uma imagem da barragem da Boa Esperança faz relação dela com um ministro da ditadura:

A capa da presente edição do ALMANAQUE DA PARNAIBA fixa uma realização de grande envergadura, que se poderia denominar com absoluta propriedade, de Realização do Século, em território piauiense, tal a imensa influência que terá no desenvolvimento de uma região altamente rica, mas sempre subestimada pelos poderes públicos. Trata-se de uma fotografia da parte mais importante da Barragem de Boa Esperança, no Rio Parnaíba, empreendimento que beneficiará de imediato a grandes áreas do Piauí e do Maranhão e boa parte da zona norte do Ceará, e cuja construção, **confiada à competência e capacidade de trabalho do ilustre engenheiro militar Major Cesar Cals**, está se processando em ritmo acelerado, tudo indicando que teremos em nossas mãos, dentro de pouco tempo, uma das maiores potências energéticas do território nacional. [...] **Ao Major Cesar Cals, a figura central dessa obra portentosa, a admiração e os louvores, não somente nossos, mas de toda população dos três Estados irmãos, Piauí, Maranhão e Ceará**, regamente aquinhoadas com esse fabuloso propulsor do seu desenvolvimento. (REDAÇÃO, 1965, p.41, grifos nossos.)

Segundo o Projeto de Lei N.º 74/06 da Assembleia Legislativa do Ceará, César Cals de Oliveira Filho foi um militar e engenheiro que consolidou sua carreira durante o regime militar, destacando-se como diretor-presidente da Companhia Hidroelétrica de Boa Esperança, e, posteriormente foi indicado para o cargo biônico<sup>5</sup> de governador do Ceará (1971–1975), posição que assumiu sob a confiança do governo autoritário, refletindo o alinhamento de sua administração às políticas centralizadoras e tecnocráticas do período.

<sup>5</sup> Conforme Vilas (2012, p. 40), o termo “cargo biônico” refere-se àquele ocupado por pessoas sem eleição popular, sendo os primeiros prefeitos e governadores biônicos nomeados pelos militares após o golpe de 1964, assumindo o poder sem receber votos da população.

**IMAGEM 02:** Capa do *Almanaque da Parnaíba* para 1966



**Fonte:** *Almanaque da Parnaíba*, 1966

**Acervo:** Digitalização do autor em 17 ago. 2025

Ao relacionar o desenvolvimento e o progresso do Piauí a figura de Cals, o *AP* associa novamente ao novo regime a expectativa de progresso desenvolvimentista que as elites comerciais do Estado do Piauí almejavam. Tal perspectiva também está presente no prefácio da edição para 1974, que também retoma o tom de otimismo nacionalista visto nas edições de 1965 e 1966:

[...] Somos entusiastas do modo como estão sendo conduzidos os destinos de nossa Pátria e só formulamos votos para que assim continuemos. Pertencemos ao número daqueles que acreditam na grandeza e no progresso do Brasil. De nossa modesta banca de trabalho, almejamos as bênçãos de Deus para que todos os brasileiros concorram no sentido de alcançarmos os nossos fins, de paz e prosperidade. (RAPOSO, 1973, p. 13)

Raposo declara-se um entusiasta dos rumos que o Brasil vem tomando, vale mencionar que em 1973 o Brasil passava por seu período mais duro, conhecido como os anos de chumbo. O autor também reafirma crer na grandeza e no progresso do país. É evidente o alinhamento de Torres Raposo ao discurso oficial do governo, em uma perspectiva de um país de harmonia e desenvolvimento. Também nesta edição, merece atenção o comentário referente à capa do *AP*:

A nossa cidade teve a insigne honra de hospedar ilustres e importantes autoridades do nosso Governo Federal, as quais, depois de fixarem planos, subscreveram valiosos contratos e documentos, cuja discriminação damos abaixo em um substancial reportagem do Dr. Lauro Correia. Sabemos que já foram iniciados alguns trabalhos e, de nossa parte, enviamos as nossas efusivas felicitações de paz, com votos para a concretização de tudo no mais breve tempo possível. Da esquerda para a direita, damos os nomes dos fotografados acima: Ranulpho Torres Raposo, Presidente da Federação do Comércio Atacadista do Piauí; Marcel Raymond Seligmann, Presidente da Associação Comercial de Parnaíba; Ministro Aldo Vilas Boas, interino da Saúde; Ministro João Paulo dos Reis Velloso, do Planejamento; Governador Alberto Tavares e Silva, do Piauí; e Ministro Costa Cavalcante, do Interior. (REDAÇÃO, 1973, p.37)

Ao associar, em sua publicação, o editor proprietário do periódico a figuras centrais do regime ditatorial vigente no país, o *AP* reforça seu tom adesista e alinhado aos ideais ideológicos de então. Na mencionada reportagem subsequente, destaca-se a presença de ministros do Governo Federal, do governador do Piauí e de reitores universitários, enfatizando de modo especial a presença do parnaibano João Paulo dos Reis Velloso<sup>6</sup>, Ministro do Planejamento, que anuncia que "o Exmo. Presidente Médici autorizara, no dia anterior, a liberação de Cr\$ 2 milhões para a imediata construção do Sub-Campus da UFPI", assim como a destinação de "Cr\$ 20 milhões para o início das obras de construção do Porto de Luis Correia".

**IMAGEM 03: Capa do *Almanaque da Parnaíba* para 1974**



**Fonte:** *Almanaque da Parnaíba*, 1974

**Acervo:** Digitalização do autor em 17 ago. 2025

<sup>6</sup> Segundo Passos (1982, p. 34-39), João Paulo dos Reis Velloso (1931–2019) foi um economista piauiense nascido em Parnaíba e formado pela Universidade do Rio de Janeiro, com pós-graduação em Yale, destacou-se por sua atuação técnica e política durante o regime militar. Ocupou cargos centrais na formulação econômica da ditadura, como a coordenação do Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA) e o Ministério do Planejamento nos governos Costa e Silva, Médici e Geisel, sendo um dos principais responsáveis pelo projeto desenvolvimentista do período autoritário.

A reportagem ainda ressalta que Parnaíba e o delta do Rio Parnaíba foram considerados "como o 3.º Polo Turístico do Nordeste Brasileiro" (CORREIA, 1973, p.38-39), evidenciando as promessas de investimentos e desenvolvimento para a cidade. Essa cobertura reforça como o periódico se alinhava à narrativa oficial de progresso e modernização, colocando o ministro Reis Velloso como figura central na projeção dessas iniciativas, e trazendo em sua figura novamente uma vinculação do governo federal à cidade de Parnaíba. Na edição para 1975, há dez anos do golpe militar, o discurso adotado pelo periódico em seu prefácio ainda faz referência ao regime:

A vida de uma pessoa ou entidade não vale pelo tempo, e sim pelo serviço e utilidade que presta. O “Almanaque da Parnaíba” tem tempo e grandes serviços prestados à coletividade parnaibana, quiçá ao Piauí, procurando projetar sempre os nossos valores materiais, intelectuais e morais. E tudo tem sido sem visar lucros materiais; ao contrário, todas as nossas edições são deficitárias, mas o nosso lema é: IR PARA A FRENTE! Adiante, pois! (RAPOSO, 1974, p. 11)

Ao adotar por lema o imperativo “IR PARA A FRENTE!”, que nesse contexto histórico parece fazer alusão ao slogan “Pra Frente, Brasil” advindo da marchinha da Copa de 1970 e a partir de então utilizado pela ditadura militar para fazer propaganda do seu falacioso desenvolvimento e milagre econômico. Sobre essa canção, afirma Araújo (2002, p. 280):

“Mais do que uma simples mensagem de apoio à seleção brasileira nos campos de futebol do México, a marcha Pra Frente Brasil também colaborava para consolidar a visão de que o país vivia naquele momento uma nova era histórica, marcada pelas noções de mobilização, transformação, crescimento e progresso. E tudo isso centrado em uma certa ideia de nação baseada nos princípios de coesão e da união de todas as classes em prol de um objetivo comum. Mensagem que, na época, era ilustrada através de cartazes que mostravam muitas pessoas de mãos dadas, tendo ao fundo o mapa ou a bandeira do Brasil.”

Cabe ainda salientar que, entre as personalidades retratadas nas capas do *AP*, destaca-se o político Jessé Pinto Freire, cuja imagem figura nas edições de 1969 e 1977. Freire constitui uma figura emblemática para a análise das inter-relações entre o empresariado e a ditadura militar.

Segundo Vasconcelos et al. (2024, p. 5), apesar das tentativas de elaborar uma conceitualização mais precisa sobre fenômenos como o golpe de 1964 e a ditadura civil-militar, o emprego de um consenso permanece impreciso, sobretudo diante da multiplicidade de interpretações possíveis. Os autores salientam que essa abordagem tende a projetar uma visão homogênea da sociedade, sugerindo a existência de uma suposta “cultura política autoritária” compartilhada por elites e camadas populares, sem, contudo, oferecer clareza conceitual sobre o



autoritarismo. Nessa perspectiva, para eles, a caracterização do regime como “civil-militar” revela-se limitada, ao não indicar de forma inequívoca quais setores efetivamente se beneficiaram do poder. Para preencher essa lacuna, os autores destacam a proposta do historiador René Armand Dreifuss, que introduz a noção de “empresarial-militar”, evidenciando os segmentos sociais que moldaram concretamente o conteúdo do regime político.

Essa interpretação aproxima-se da análise de Fico (2020, p. 25-27), que observa que, embora termos como “golpe militar” e “ditadura militar” sejam frequentemente empregados, denominações como “golpe” e “ditadura civil-militar” procuram reconhecer a participação ativa de civis, incluindo governadores, parlamentares e o próprio governo norte-americano, na execução do golpe. Entretanto, o autor ressalta que, enquanto o golpe pode ser compreendido como civil-militar, o regime subsequente consolidou-se de forma predominantemente militar, marginalizando muitos dos civis que inicialmente haviam participado. Nesse sentido, a concepção de civil-militar não apenas reflete o suporte político inicial, mas também evidencia a atuação concreta de diferentes agentes na instauração do regime, contrapondo-se a interpretações reducionistas que o entendem como um movimento exclusivamente militar.

Conforme Campos (2024, p. 35), o envolvimento de setores civis, em especial empresários, também se traduziu em vantagens econômicas diretas. A ditadura civil-militar constituiu uma vitória para grandes grupos econômicos vinculados ao capital internacional, que ampliaram suas oportunidades de negócio e lucro por meio das políticas pró-capital e anti-trabalho implementadas pelo regime. Ao mesmo tempo, o autor alerta que tais benefícios não foram uniformes, uma vez que algumas empresas sofreram perdas em decorrência das transformações e perseguições impostas pelo golpe, ressaltando a necessidade de uma análise diferenciada das consequências econômicas e sociais da ditadura.

Atuando como relevante empresário no Rio Grande do Norte, Freire consolidou-se também como presidente da Confederação Nacional do Comércio (CNC), evidenciando sua inserção e influência nas estruturas econômicas e políticas da época. A edição de 1969 apresenta, ainda, uma reportagem detalhando o extenso currículo de Freire, com ênfase em sua reeleição à frente da CNC:

“Líder de sua classe, o deputado Jessé Pinto Freire foi reconduzido, para um terceiro mandato, ao cargo de presidente da Confederação Nacional do Comércio, pela unanimidade dos votos dos membros do Conselho de Representantes da CNC, nas eleições realizadas em 23 de outubro do ano passado. E esta a primeira vez que o comércio brasileiro reconduz a um terceiro mandato consecutivo um dos seus líderes.” (REDAÇÃO, 1969, p. 29)

A escolha de destacar a figura de Jessé evidencia a intenção de valorizar indivíduos alinhados ao projeto político-econômico do regime militar, especialmente aquelas vinculadas ao empresariado nacional. Ao ressaltar sua trajetória como líder do comércio e sua recondução unânime à presidência da CNC, o periódico contribui para a construção do político em uma imagem de liderança. Dessa forma, o destaque dado ao deputado vai além do mero reconhecimento individual e assume caráter simbólico, funcionando como expressão do entrelaçamento entre poder econômico e poder político no contexto autoritário, em que empresários de projeção nacional foram fundamentais na legitimação e sustentação do regime.

A reportagem também ressalta que Freire exerceu o cargo de ministro do Tribunal Superior do Trabalho em 1957 e foi eleito presidente da CNC pela primeira vez em 18 de setembro de 1964. Destaca-se, ainda, sua formação acadêmica como bacharel em Direito e sua condição de Oficial da Reserva do Exército, bem como a condecoração recebida da ditadura, a Ordem do Mérito do Trabalho, em 1º de maio de 1965. Ao abordar sua trajetória política, o texto enfatiza:

“A par de suas atividades profissionais, tem se destacado também como político. Vereador à Câmara Municipal de Natal, de 1950 a 1954, seu Presidente, líder da maioria e da minoria. Secretário de Estado das Finanças de 1953 a 1956. Deputado estadual na legislatura de 1954-1958, presidindo a Assembléia e sendo líder da maioria e da minoria. Deputado Federal na legislatura 1958-1962, reeleito para a de 1962-1966 e 1966-1969. Faz parte, na Câmara dos Deputados, das Comissões de Orçamento e de Relações Exteriores, tendo sido vice-líder da maioria. É atualmente **presidente da Arena do Rio Grande do Norte.**” (REDAÇÃO, 1968, p.29, grifos nossos)

A inserção dessa reportagem no *AP* evidencia o prestígio político e institucional alcançado por Freire no contexto do regime militar, ao destacar tanto sua trajetória profissional e acadêmica quanto sua vinculação direta com a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido de sustentação do governo autoritário. A ênfase em suas condecorações e cargos, especialmente a menção à Ordem do Mérito do Trabalho concedida em 1965, ressalta Freire como um agente político comprometido com os ideais promovidos pela ditadura.

Na mesma edição, o editorial, na seção “O SESC no Piauí”, aborda a visita de Freire ao estado, ocasião em que presidiu a inauguração do Centro Recreativo Ranulpho Torres Raposo, em Parnaíba, e, em Teresina, do Ginásio de Esportes Jessé Pinto Freire. A nomeação de ambos os espaços em homenagem aos próprios dirigentes configura uma estratégia de autopromoção institucionalizada, na qual se sobrepõem interesses institucionais e pessoais, ampliando a visibilidade de Pinto Freire e Torres Raposo junto à elite empresarial e ao regime militar. Tal

prática evidencia o prestígio de Pinto Freire e suas estreitas relações com a ditadura, consolidando-o como mediador entre a elite econômica e os militares. Ressalta-se, ainda, sua presença no comentário acerca da capa do *AP* para 1977 onde é exaltado como um destacado representante do Nordeste:

“Homem do Nordeste, não esquece Jessé Pinto Freire a área de onde proveio, à qual dedica permanente interesse. Ainda em setembro de 1976 promoveu no Rio de Janeiro um Painel sobre o Desenvolvimento Social do Nordeste, reunindo mais de trezentas pessoas de diferente formação profissional, para ouvir e debater com especialistas, autoridades federais e governadores da região, os aspectos básicos da área, como saúde e nutrição, educação e treinamento, população e crescimento demográfico, habitação e saneamento.” (REDAÇÃO, 1976, p.51-52)

O texto reforça a imagem do empresário enquanto um líder comprometido com o desenvolvimento regional e com a promoção de debates voltados às questões sociais do Nordeste. Ao enfatizar sua iniciativa de organizar um painel com ampla participação de especialistas e autoridades, o texto constrói uma narrativa de engajamento cívico e sensibilidade social, atributos que servem para fortalecer sua legitimidade pública.

Conforme Araújo (2002, p. 448), a mídia do período consolidava o projeto desenvolvimentista ao apresentar uma imagem positiva e bem-sucedida do país, ocultando a extrema pobreza e promovendo o ufanismo do regime. Nesse contexto, a representação do empresário pode ser compreendida dentro dessa lógica discursiva, funcionando como instrumento de propaganda que projetava uma aparência de preocupação social e, de maneira simbólica, reforçava o consenso em torno das políticas governamentais. É ainda notória a relação direta que o texto constrói entre o senador e as entidades ligadas à CNC, como o Serviço Social do Comércio (SESC):

“Na sua condição de Presidente da Confederação Nacional do Comércio, preside também os Conselhos Nacionais do Serviço Social do Comércio (SESC) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). A frente dessas instituições tem desenvolvido um extraordinário programa de realizações, que hoje se espalham em todos os Estados do Brasil numa grande obra de paz social a serviço dos comerciários e de suas famílias. SESC e o SENAC, que no ano corrente completam 30 anos de fundação, atendem em todo o País - inclusive no Piauí e na nossa cidade de Parnaíba a mais de 3 milhões de empregados, através de cursos de profissionalização, de serviços sociais, de atendimento familiar, de áreas de lazer, como Colonias de Férias, Balneários, Centros Recreativos, Clubes Campestres, ginásios desportivos, piscinas, além de serviços de saúde, cursos artesanais (sic), etc. Tudo em sedes construídas especialmente, de acordo com os requisitos técnicos modernos.” (REDAÇÃO, 1976, p.51)

O SESC, por sua vez, recebeu destaque frequente em capas do periódico, além da seção “O SESC no Piauí” produzida anualmente pela redação do periódico. Segundo Silva Júnior (2021, p.25), durante a direção de Ranulpho, os projetos do SESC eram valorizados de forma sistemática nas publicações. Esse reconhecimento constituía um padrão discursivo, no qual o *AP* buscava aumentar intencionalmente a visibilidade da instituição, enfatizando seu trabalho e reforçando o prestígio do SESC em Parnaíba.

Embora não se encontrem evidências de apoio financeiro direto ao *Almanaque da Parnaíba*, a atenção sistemática dedicada à instituição pode ser compreendida à luz da convergência de interesses institucionais e pessoais. O diretor regional do SESC em Parnaíba, Ranulpho Torres Raposo, também proprietário do periódico, desempenhou papel central na consolidação dessa presença, garantindo que o *AP* se tornasse veículo de promoção de suas iniciativas. A presença recorrente da figura de Jessé, então presidente da Confederação Nacional do Comércio (CNC), órgão responsável pelo SESC em âmbito nacional, reforça a análise de que o periódico funcionava como instrumento de propaganda institucional, promovendo simultaneamente seus projetos e elevando o prestígio de seus dirigentes.

Para Castro (2021, p. 219-220) é difícil responder que razões levaram a classe comercial de Parnaíba a manifestar tamanho apoio ao regime militar instaurado em 1964. Mesmo diante das evidências de truculência e perseguição aos opositores desde os primeiros momentos do golpe, muitos comerciantes buscaram enaltecer o novo governo, apresentando a “revolução” como um ato de resguardo da democracia e de combate à tirania comunista. Segundo o autor, esse entusiasmo revelava uma visão de futuro compartilhada por figuras como Ranulpho Torres Raposo e outros redatores do *AP*, que vislumbraram na ditadura militar a expectativa de uma pátria “engrandecida e glorificada” (RAPOSO, 1965, p. 13).

De acordo com Neto (1984, p. 10), o *Almanaque da Parnaíba* evidenciou, ao longo de sua trajetória, um espírito pragmático intrinsecamente vinculado à tradição conservadora dos comerciantes locais. Embora a publicação jamais tenha assumido um alinhamento partidário explícito, tampouco uma defesa sectária de grupos em disputa pelo poder, buscou constantemente valorizar figuras de diferentes alas, preservando-se de posicionamentos ideológicos rígidos. Esse pragmatismo manifestava-se, sobretudo, na legitimação sistemática das autoridades constituídas, sempre dando espaço à saudação e ao enaltecimento do poder vigente, consolidando, nas páginas do anuário, uma forma de adesismo estratégico. A prática se manifesta tanto em referência a líderes nacionais, como Getúlio Vargas e o marechal Castelo Branco, quanto em autoridades regionais, como membros de oligarquias locais, a exemplo da

família Freitas-Gayoso, reafirmando a função do periódico como espaço de reconhecimento e promoção da ordem política estabelecida.

**IMAGEM 04:** Capas do *Almanaque da Parnaíba* edições para 1969 e 1977



**Fonte:** *Almanaque da Parnaíba*, 1969 e 1977  
**Acervo:** Digitalização do autor em 17 ago. 2025

A presença de Jessé Pinto Freire nas capas de 1969 e 1977 evidencia o uso do *Almanaque da Parnaíba* como espaço de consagração pública de figuras alinhadas ao projeto político-econômico do regime militar. A capa de 1969 apresenta uma composição sóbria, a partir de uma fotografia formal em preto e branco e moldura geométrica discreta, recurso que reforça a imagem de autoridade institucional atribuída ao deputado e então presidente da CNC. O retrato frontal, sem elementos visuais suplementares, confere centralidade e neutralidade à figura, operando como estratégia de legitimação de sua liderança em um período em que o periódico buscava destacar atores políticos e empresariais próximos ao governo. Assim, a escolha da imagem não cumpre apenas função informativa, mas simbólica: estabelece Freire como representante modelar do empresariado nacional e como figura de referência para o público leitor.

A edição de 1977 altera significativamente o modo de representação ao substituir a fotografia pela ilustração em tom sépia, recurso que produz efeito de monumentalização e confere à figura de Freire um caráter mais solene e duradouro. O fato de sua imagem reaparecer na capa, oito anos após a primeira aparição, reforça essa elevação simbólica: a repetição opera como gesto editorial de reafirmação do prestígio acumulado pelo personagem, agora referido enquanto senador. O enquadramento ampliado, que ocupa quase toda a superfície e destaca traços faciais e expressão, intensifica a percepção de autoridade consolidada e projeta Freire

como figura cuja relevância transcende o momento político imediato. Dessa forma, a capa de 1977 não apenas atualiza sua visibilidade, mas demonstra que o AP o escolhe novamente como emblema de liderança, articulando imagem, ilustração e recorrência como estratégias de valorização política e institucional alinhadas ao discurso do periódico.

### **3. ADESISMO CÍVICO-MORALIZANTE E CULTURA POLÍTICA NAS SEÇÕES COLABORATIVAS DO AP**

Além das seções subscritas por Raposo ou pela própria redação do periódico, observa-se, nas edições publicadas a partir de 1964, a recorrência de referências ao regime autoritário instaurado naquele contexto histórico. Enquanto alguns textos limitam-se a menções esparsas ao regime, outros assumem caráter nitidamente laudatório, configurando-se como expressões de franca apologia à ditadura. Nesses casos, verifica-se uma dedicação integral à exaltação de seus líderes, à legitimação de seus objetivos e à manifestação de adesão explícita às suas diretrizes políticas e ideológicas. Logo na edição para 1965, uma crônica assinado pelo escritor oeirense Antônio Bugyja Britto<sup>7</sup> intitulada “Um presidente 75% piauiense” busca criar uma ligação entre Marechal Castelo Branco e o Piauí:

“O povo piauiense, até agora desditoso, aguarda ser ditoso com o General Castelo Branco, que é 75% piauiense, ao para concretizar as duas supremas obras de interesse local e nacional: água na cidade e a Boa Esperança, principalmente esta, no médio Parnaíba. Sim. Porque a Revolução de benefícios também deve plantar seus frutos no Piauí, o segundo berço dos Castelo Branco do velho Portugal. O Marechal Humberto não pode olvidar o Piauí que tem no centro de seu território a lendária Santo Antonio do Surubim, onde nasceram de Campo Maior seus ancestrais, entre os fins do século XVIII e o XIX.” (BRITTO, 1964, p. 159)

Bugyja articula a retórica do desenvolvimentismo piauiense, centrada na promessa de progresso regional, à vinculação simbólica do ditador em ascensão com o Estado do Piauí. Observa-se, nesse discurso, a construção de uma expectativa de favorecimento político e econômico, sustentada pela ideia de que o novo presidente, considerado “75% piauiense”, demonstraria benevolência em relação à terra de seus antepassados.

---

<sup>7</sup> Segundo Falci (1996, p. 1063), Antonio Bugyja de Souza Britto (1907–1992) nasceu em Oeiras, antiga capital do Piauí, e formou-se em Direito pela Universidade do Rio de Janeiro. Poeta, ensaísta, filólogo e membro de diversas instituições culturais, como a Academia Piauiense de Letras e o Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, dedicou-se intensamente aos estudos linguísticos, folclóricos e históricos. Sua obra, marcada por uma profunda sensibilidade indigenista e antropológica, inclui títulos como *Miridan* (1960), *Zabelê* (1962) e *O Piauí e a Unidade Nacional* (1976), nos quais buscou valorizar as tradições populares e a participação do Piauí na formação histórica do Brasil.

Segundo Silva Júnior (2021, p. 66-67), a confiança depositada no novo governante refletia-se diretamente nas expectativas do povo piauiense e, em especial, nas páginas do *AP*, que expressavam esperanças e pedidos por melhorias regionais. O autor observa que Bugyja reforçava essa postura ao interpretar o movimento de 1964 não como uma ruptura da ordem democrática, mas como uma “revolução”, reverenciando as Forças Armadas, o patriotismo e o civismo, valores que eram amplamente defendidos e reproduzidos pelos redatores, colaboradores e leitores do periódico como expressão do que consideravam o verdadeiro ideário nacional.

É ainda digno de observação as dimensões épicas do elogio, ao exaltar a “energia inquebrantável do Chefe Nacional” (BRITTO, 1965, p. 161), comparando o militar a figuras tutelares do militarismo brasileiro, como Floriano Peixoto e Duque de Caxias. Essa espécie de genealogia heroica visa transformar Castelo Branco em um herdeiro direto de uma tradição militar redentora, associada à defesa da pátria e à manutenção da ordem.

O narrador adota igualmente um tom de súplica civilizatória, de caráter quase litânico, ao pedir: “Faça, Presidente, algo pelo Piauí, abrangendo-o com a civilização.” (BRITTO, 1965, p. 161). Nessa perspectiva, o desenvolvimento, simbolizado pela água, pela barragem e pelo progresso, aparece como a redenção de um povo visto como distante da modernidade. A crônica se torna, assim, uma confluência entre ufanismo regional, discurso desenvolvimentista e legitimação política, expressando a expectativa de que o novo governo redima o Estado do Piauí da seca e da marginalidade econômica.

Na edição do ano seguinte, o cearense e professor de Direito Hilário Gaspar de Oliveira<sup>8</sup> escreve para o *AP* um curioso texto, intitulado “Como Salvar o Brasil”, onde ele sugere “algumas das medidas que devem ser adotadas, com a máxima urgência, se é que querem mesmo endireitar esta joça.” (OLIVEIRA, 1965, p.57). Dentre o curioso pacote de vinte medidas sugeridas pelo advogado ao regime militar, destacam-se:

“6. Aproveitar os militares nos cargos públicos que forem vagando, de acordo com as aptidões de cada um. [...] 11. Obrigatoriedade do uso de coleira para os vagabundos e marginais. [...] 13. Considerar inelegíveis: a) os militares; b) os menores de trinta anos e os maiores de sessenta; c) os que exploram o povo na venda de remédios e gêneros alimentícios; d) os loucos de todo O gênero. [...] 16. Proibir os jogos de futebol e de bilhar nos dias úteis. 17. Fechar as faculdades de direito e de filosofia durante trinta anos.” (OLIVEIRA, 1965, p.58)

---

<sup>8</sup> Segundo Nirez (2006, p. 236), Hilário Gaspar de Oliveira (1908–1984), natural de Maranguape (CE), foi advogado, professor e jornalista, destacando-se como autor do livro *Ceará Hilariante* (1970).

Pois segundo Oliveira (1965, p. 59), os males do país estariam associados à “vagabundagem”, ao “excesso de liberdade” e à proteção concedida a figuras vistas como indesejáveis, ladrões, cantores de rádio e jogadores de futebol, defendendo, assim, que a “revolução” de 1964 deveria servir para corrigir esses rumos e transformar o Brasil, pois, como afirma de modo enfático, “quem não muda de caminho é trem”.

Com um discurso fortemente autoritário e moralista, o autor sintetiza uma visão profundamente conservadora da sociedade. As propostas listadas demonstram a defesa de uma ordem baseada na repressão e na exclusão de determinados grupos. Oliveira também legitima a necessidade de ruptura e disciplinamento, ecoando o ideário de moralização e controle social que marcou a retórica justificadora do golpe de 1964. Assim, seu discurso, ainda que crítico, contribui para a naturalização do autoritarismo como instrumento de regeneração nacional.

Conforme analisa Silva Júnior (2021, p. 69), mesmo sem se declarar enquanto oposição ao governo militar, o professor expressa uma das críticas mais evidentes do periódico, embora marcado por um viés fortemente conservador. Isso nos permite compreender o complexo enquadramento dos indivíduos que manifestaram apoio ao regime militar, evidenciando, entre os adesistas, motivações de ordem econômica, social e também ideológica, que os conduziram a sustentar a ditadura, mesmo que de forma parcialmente dissociada de alguns de seus princípios.

Conforme aponta o Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade (2014, vol. 1, p. 102), o governo de Emílio Garrastazu Médici, vigente entre 1969 e 1974, constituiu o período de maior consolidação do regime militar no Brasil. Nesse contexto, foram instituídas estruturas legais, como o Ato Institucional nº 5, que possibilitaram o controle sistemático da atividade política, ao mesmo tempo em que se expandia um aparato repressivo abrangente, voltado à vigilância e à intervenção em sindicatos, igrejas, partidos e diversas outras instituições civis. Concomitantemente, organizou-se uma burocracia de censura destinada a reprimir opiniões e manifestações culturais consideradas contrárias ao regime, recorrendo-se, de forma sistemática, à violência, à tortura e ao assassinato como instrumentos de preservação da ordem autoritária vigente.

É também deste período o chamado “milagre econômico”, que, segundo Napolitano (2014, p. 145), proporcionou à maioria da população, pouco envolvida com a ideologia de esquerda e sem opinião política definida, uma sensação de prosperidade: pleno emprego, consumo abundante financiado por crédito, alta na bolsa de valores e conquistas esportivas como o tricampeonato mundial de futebol. Grandes obras consideradas “faraônicas”, como a Ponte



Rio-Niterói, a Usina de Itaipu e a Rodovia Transamazônica, eram amplamente divulgadas pela mídia e pela propaganda oficial como sinais do despertar do país.

Na edição do *Almanaque* para 1971 isso parece de forma evidente no texto do padre Nonato Pinheiro, membro da Academia Amazonense de Letras, intitulado “A Hora da Amazônia”, no qual exalta o governo militar e suas políticas de integração da região:

“Já não tenho a menor dúvida: raiou a hora da Amazônia no mais vivo esplendor de sua claridade. É decisão do Governo Federal, com aplausos de toda a Nação, que chegou o momento da integração da Amazônia na definitiva comunhão nacional. Capacitou-se a alta cúpula governativa do país, com a dilúcida compreensão de todos os brasileiros esclarecidos, de que, sem a Amazônia, o Brasil não” (PINHEIRO, 1970., p.189)

Essa afirmação denota o caráter laudatório do texto, que visa legitimar o regime militar ao apresentá-lo como responsável direto pelo “soerguimento” e pela redenção da Amazônia. Ao descrever o golpe de 1964 como “Revolução”, o sacerdote reproduz o discurso pró-governo, naturalizando o autoritarismo dos militares e o apresentando como marco de renovação nacional. A retórica ufanista é intensificada quando Pinheiro afirma que a “Revolução deu-lhe *spiraculum vitae*<sup>9</sup> com a sua reestruturação” (PINHEIRO, 1970., p.189), referindo-se à Zona Franca de Manaus. Nesse trecho, seu tom quase religioso sugere que o regime teria insuflado vida à região, antes “relegada a um futuro imprevisível”, o que reforça a imagem da ditadura enquanto uma força providencial e redentora.

O autor também celebra a construção da Rodovia Transamazônica, descrevendo-a como uma obra que “dará pão a milhares de nordestinos e brasileiros famintos” (PINHEIRO, 1970., p.191), o que contribui para legitimar a política desenvolvimentista do regime. Sua menção às Forças Armadas confere ao texto uma conotação de exaltação simbólica do poder militar. “A farda verde-oliva dos nossos briosos soldados rivaliza com a esmeralda das matas alucinantes” (PINHEIRO, 1970, p.191). Essa metáfora estabelece uma associação entre o território nacional e a presença militar, vinculando a soberania da Amazônia à vigilância e à coragem do Exército, ao mesmo tempo em que legitima a ideologia do regime, representando a ditadura como agente promotor do progresso, da unidade nacional e da suposta “redenção” do país.

Na edição de 1972, observa-se uma poesia que, desde a dedicatória, “Como justa e sincera homenagem do autor ao Ilustre General GARRASTAZU MÉDICI, D. Presidente da

---

<sup>9</sup> A expressão latina *spiraculum vitae* significa literalmente “sopro da vida” (*spiraculum* = sopro, respiração; *vitae* = da vida). De conotação bíblica, remete ao “fôlego vital” concedido por Deus ao homem (cf. *Gênesis* 2, 7), sendo empregada aqui de modo metafórico para sugerir que o regime militar teria “revivido” a região amazônica, numa retórica que associa a ação política a um gesto de criação ou salvação.

República.” (SANTOS, 1971, p. 58), manifesta uma contínua exaltação ao general Médici. Essa valorização é construída com refinamento estilístico, pois o autor organiza um acróstico<sup>10</sup> cujas iniciais de cada estrofe formam o nome do militar. Entre os diversos elogios dirigidos a Médici, destacam-se as seguintes estrofes:

“Reformas nos dará em larga construção  
Referidas no ardor dum são patriotismo  
As Metas éle as quer num talho de expansão  
Sóbrio em bem nos mostrar o valor do civismo.  
Tem prumo na razão do desenvolvimento  
Ao nordeste mostrou e a toda esta Amazónia  
Zelo, e nideio aviva um gram Planejamento  
Um setor adestrado em vivos duma insonia.”  
(SANTOS, 1971, p. 58)

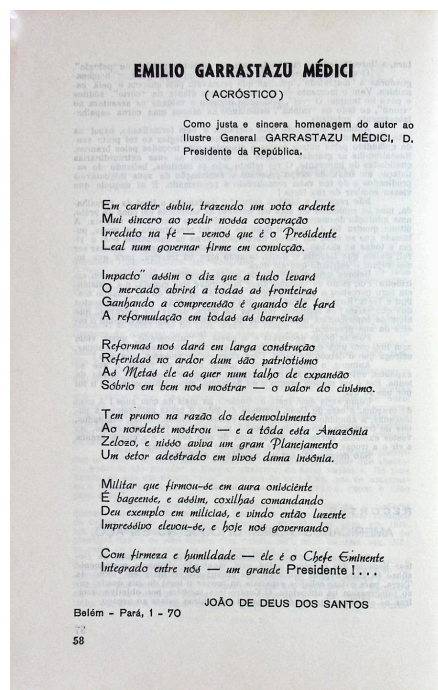
O poema revela claramente o esforço de construir uma imagem idealizada e heroica de Médici, representando-o como o grande artífice do progresso nacional e o símbolo máximo do patriotismo. As estrofes citadas evidenciam uma retórica pautada em termos como “patriotismo”, “civismo” e “desenvolvimento”, centrais no discurso pró-ditadura, sobretudo no período do “milagre econômico”. Dessa forma, a poesia insere-se no contexto de uma produção cultural voltada à legitimação do governo e à difusão dos ideais de ordem, progresso e unidade nacional.

O texto compõe uma apologia ao chamado “Brasil Grande”, que, conforme destaca Napolitano (2014, p. 148), marcou um período em que o ideal de transformar o país em uma potência mundial parecia finalmente consolidar-se em bases concretas. Nesse contexto, segundo o autor, o sucesso econômico alcançado pelo regime militar também se convertia em capital político, especialmente após a derrota dos grupos armados de esquerda, evento interpretado pelo governo como a neutralização de uma simples ameaça à estabilidade do modelo capitalista, concebido e difundido como um verdadeiro paraíso nacional.

---

<sup>10</sup> Ferreira (1975, p. 32) define o termo como uma composição poética em que o conjunto das letras iniciais, e, por vezes, as medianas ou finais, dos versos forma verticalmente uma palavra, uma frase ou, neste caso específico, um nome próprio.

### IMAGEM 05: Acróstico Emílio Garrastazu Médici



Fonte: *Almanaque da Parnaíba*, 1972

Acervo: Digitalização do autor em 17 ago. 2025

Ainda nesta edição, encontramos outro texto do colaborador Luís Carneiro, exaltando a ditadura a partir de uma rememoração do golpe de 1964, intitulado “O Poder Revolucionário de 31 de março”:

“O após revolução de 1964 já nos deixa a clarividência para prognosticar o futuro do Brasil como uma das maiores potências do mundo, dentro do contexto tecnológico desenvolvimentista universal. [...] Tivemos três Presidentes revolucionários [...] seria quase que utópico querer enumerar neste (sic) escrito tudo aquilo que foi planejado e cumprido no esquema revolucionário [...] graças à intervenção das nossas gloriosas Forças Armadas que no momento preciso souberam mais uma vez resguardar a Soberania e o respeito à tranquilidade deste (sic) Torrão que os viu nascer.” (CARNEIRO, 1971, p.121)

A passagem evidencia a exaltação ao regime militar e, em particular, ao governo de Emílio Garrastazu Médici. A narrativa caracteriza o golpe de 1964 como um evento redentor, referindo-se a ele como “Revolução”, o que apaga sua natureza autoritária e lhe confere um caráter patriótico e salvacionista. Ao afirmar que o Brasil, após o golpe militar, “já nos deixa a clarividência para prognosticar o futuro [...] como uma das maiores potências do mundo”, o autor vincula diretamente o poder militar à promessa de modernização e progresso, alinhando-se ao discurso oficial do “Brasil Grande”.

O texto estabelece um contraste entre o “Brasil de hoje” e o “Brasil de antes de 31 de março de 1964”, promovendo a ideia de que o país teria sido salvo de um suposto caos político e moral pela ação redentora das Forças Armadas. Ao destacar realizações da ditadura, como o Plano de Integração Nacional, tendo a Transamazônica como projeto emblemático, e os avanços nas telecomunicações, Carneiro reproduz o otimismo desenvolvimentista que reforçava a imagem de um governo patriótico e voltado ao progresso, ao mesmo tempo em que omite as contradições sociais e a repressão política do período.

Conforme observa Silva Júnior (2021, p. 72), o articulista, manifestamente favorável à ditadura, enaltece os feitos dos militares, vinculando-os ao fortalecimento do Brasil como potência mundial. Em seus elogios, destacava o “milagre econômico”, responsável por impulsionar o crescimento do país desde o final da década de 1960, assim como conquistas simbólicas, como o tricampeonato mundial de futebol em 1970. Para ele, o Brasil durante o governo Médici representava uma nação renovada, edificada a partir do legado de Castelo Branco, Costa e Silva e da Junta Militar, em oposição ao que percebia como o “atraso” das políticas trabalhistas e sindicais do governo Jango.

Ao declarar nas linhas finais um “reconhecimento profundo e os parabéns merecidos ao grande Presidente Médici” (CARNEIRO, 1971, p.121), o escritor demonstra o culto à personalidade construído em torno do mandatário, apresentando-o como símbolo da unidade e do progresso nacional. Dessa forma, torna-se evidente que o texto de Luís funciona como um instrumento de propaganda, exaltando o regime e promovendo uma visão idealizada da ditadura, em consonância com o discurso hegemônico que visava legitimar a autoridade militar e reforçar o sentimento de orgulho patriótico entre os leitores.

No *Almanaque da Parnaíba* para 1973, o tom de louvor ao regime autoritário segue presentes, destaca-se o poema “Brasil Livre”, de Ciro Sampaio. O autor afirma que temia pelo futuro do Brasil, sobretudo pelos pequenos operários:

“Eu temia muito pelo teu futuro,  
meu querido Brasil.  
Eu temia  
não pelos grandes  
que sempre se tornavam maiores,  
mas pelos pequenos,  
pelos operários de mãos calejadas  
que trazem na boca uma mecha de fumo  
com que enganam a fome.  
[...] Foi quando tivemos o 64,  
com o seu 31 de março.  
Não fora esse dia,

quanta gente honesta estaria hoje aflita,  
 envergonhada de sua brasilidade.  
 [...] O Exército brasileiro,  
 sem estardalhaços,  
 nem demonstrações de força,  
 te salvou novamente da vergonha,  
 te salvou do paternalismo político,  
 te salvou novamente  
 da vergonhosa algema que te preparavam  
 nas caladas da noite.  
 Mas estás salvo, eu querido Brasil.  
 E agora,  
 que rompestes as matas amazônicas,  
 que incentivas a agricultura,  
 [...] ousa dizer para a criança que conduzo pelo dedo:  
 Eu, ó Pátria, que nos acenas confiante e livre,  
 vos suplico:  
 a vós que conheceis as delícias da riqueza  
 e a vós que sofreis a necessidade da pobreza,  
 se não podereis, com dignidade,  
 tornar a Pátria mais nobre do que é,  
 não colaboreis jamais para manchá-la ou enfraquecê-la.  
 A honra da Pátria está nas vossas mãos.”  
 (SAMPAIO, 1972, p.185,187)

O texto constrói uma narrativa em que o Brasil é personificado como uma entidade vulnerável, sobretudo em relação aos “pequenos”, representados pelos operários de mãos calejadas, cujas dificuldades seriam amenizadas pela intervenção militar. Essa estratégia retórica cumpre uma função dupla: de um lado, desperta empatia pelo país e pelas classes populares; de outro, confere legitimidade moral ao golpe de 1964, apresentado como um ato redentor capaz de proteger a nação de ameaças internas e restaurar sua dignidade.

O trecho em que o autor afirma que “O Exército brasileiro, sem estardalhaços, nem demonstrações de força, te salvou novamente da vergonha [...]” é particularmente revelador da retórica pró-ditadura. A passagem minimiza a coerção e a violência associadas ao regime, apresentando as Forças Armadas como guardiãs discretas da moralidade e da ordem nacional. A repetição de “te salvou novamente” sugere uma continuidade histórica do suposto papel salvador dos militares, reforçando o culto à instituição armada e a noção de missão patriótica permanente.

Além disso, o poema assume um tom de apelo cívico, conclamando à preservação da honra nacional: “A honra da Pátria está nas vossas mãos”. Nessa perspectiva, a lealdade ao país confunde-se com a aceitação das ações do regime, refletindo o caráter moralizante e nacionalista da obra. Sampaio retoma ainda o discurso desenvolvimentista do “Brasil grande”, exaltando avanços na agricultura, na integração territorial e no bem-estar social, e vinculando o progresso material à legitimidade política do governo militar.

Segundo Silva Júnior (2021, p. 74) Sampaio evidência que a adesão à ditadura implicava ignorar os temores expressos por outros setores da sociedade, enquanto a restrição das liberdades individuais e a ausência de pluralismo político limitavam a noção de progresso e liberdade. Silva Júnior destaca, ainda, que a devoção aos militares consolidava entre brasileiros, inclusive piauienses, colaboradores e leitores do *Almanaque da Parnaíba*, a ideia de que a honra da pátria pertencia àqueles que a reverenciavam, em sintonia com o lema propagandístico “Brasil, ame-o ou deixe-o”.

Ao retratar o Exército como salvador da pátria e o regime militar como promotor do progresso e da justiça social, o poema naturaliza a autoridade das Forças Armadas, reforça o culto à ordem e legitima o autoritarismo como agente do desenvolvimento nacional. Essa representação simbólica transforma a ditadura em um ato de redenção moral e política, justificando a repressão como condição necessária para a estabilidade e o avanço do país. O discurso poético, ao eliminar contradições e silenciar conflitos sociais, constrói uma imagem idealizada da nação sob tutela militar, em que o autoritarismo se sustenta pela promessa de um futuro próspero e harmonioso.

Na edição do *AP* para 1975, uma década depois do golpe de 31 de março, o colaborador Antônio Carneiro dedica ao Marechal Castelo Branco, a quem ele chama de “saudosos e Eminente Presidente Revolucionário de 1964” (CARNEIRO, 1974, p. 233) um texto intitulado “Dez anos de glória para o Brasil” onde em tom laudatório, rememora os feitos “gloriosos” da dita “revolução”:

“A Revolução de 1964 confere dez anos de autêntica reconstrução de um grande País que estava quase ao caos, o que não ocorreu graças à intervenção de nossas gloriosas Forças Armadas. [...] O que emprestou ao movimento de 31 de março o caráter de Revolução foi algo mais que a derrocada de um governo inépto e impatriótico. Foi antes a vontade de restaurar, no organismo social e político da Nação, hábitos, costumes e modos de ser que tinham sido pervertidos por uma demagogia ambiciosa [...] O primeiro mandatário da revolução, inesquecível Marechal Castelo Branco, tinha uma aguda consciência da missão regeneradora dos costumes sociais e políticos tacitamente confiada ao movimento pela maioria da Nação.” (CARNEIRO, 1974, p.233)

Carneiro apresenta a chamada “Revolução de 1964” como um marco de “autêntica reconstrução” nacional, ressaltando o papel dos militares como responsáveis por salvar o país do “caos” e por restabelecer uma suposta ordem moral e política ameaçada pela “demagogia ambiciosa”, retórica esta muito semelhante à adotada por Torres Raposo no prefácio de 1966, analisado na seção anterior.

Na estratégia discursiva adotada pelo autor, o golpe de 1964 é apresentado não como uma ruptura autoritária, mas como um ato de regeneração e de saneamento moral da nação. A utilização de expressões como “missão regeneradora dos costumes” e “valores fundamentais da civilização brasileira” evidencia o caráter moralizante e conservador do texto, que associa o regime militar à preservação da tradição e à reconstrução de uma identidade nacional considerada corrompida. Ao conferir a Castelo Branco uma “consciência aguda” dessa missão, o autor reforça a representação do marechal como figura fundadora e virtuosa, simbolizando disciplina e trabalho, atributos exaltados como pilares do Brasil pós-1964.

No desenvolvimento do texto, Carneiro incorpora também elementos de natureza econômica e comportamental, criticando o excesso de feriados, as greves e os pontos facultativos, interpretados como manifestações de uma suposta “preguiça” nacional a ser combatida. Essa crítica, articulada à defesa da “produção contínua e perseverante”, reproduz o discurso do “Brasil que trabalha”, amplamente promovido pelo governo Médici, reforçando a associação entre produtividade, moralidade e patriotismo. O autor chega a afirmar que o decreto-lei de 1966, que limitava os feriados civis e religiosos, constituía um exemplo da preocupação moral e econômica do regime em reeducar o povo brasileiro para o trabalho.

Carneiro também reafirma a dimensão moral da “Revolução”, defendendo que “forçá-la a abdicar dessa vontade corresponde a sonegar-lhe o próprio caráter da sua missão”. Essa afirmação sintetiza o sentido ideológico do texto: a ditadura é apresentada como detentora de uma missão histórica e moral inquestionável, cuja legitimidade derivaria não de princípios democráticos, mas de uma suposta vocação para a salvação nacional.

Segundo Silva Júnior (2021, p. 75), movido pelo temor de um suposto caos associado ao “comunismo” ou ao excesso de liberdade política, Carneiro sustenta que os brasileiros deveriam agir em conformidade com uma “vontade coletiva”, personificada pelo próprio regime “revolucionário”, cuja legitimidade não deveria ser contestada. O autor ressalta ainda que esse discurso tinha como finalidade justificar tanto a moralização da vida política quanto a repressão a opiniões divergentes, apresentadas como medidas necessárias para assegurar a obediência e a eficiência de um sistema concebido como promotor do desenvolvimento nacional.

Dessa forma, a crônica de Carneiro, assim como os demais textos adesistas publicados no *Almanaque da Parnaíba* durante o regime militar, evidencia o funcionamento do periódico como veículo de legitimação simbólica da ditadura, difundindo um discurso que transformava a autoridade política em virtude moral e o autoritarismo em dever patriótico. Ao situar-se na

tradição discursiva do “Brasil que trabalha” e da “Revolução redentora”, o texto reafirma a interseção entre nacionalismo, moralização e progresso, pilares da ideologia oficial do período.

Mais do que um simples testemunho de época, “Dez anos de glória para o Brasil” revela como a imprensa regional participou ativamente da construção e manutenção do imaginário de um país supostamente “regenerado” pela força, contribuindo para naturalizar a dominação política sob a aparência de civismo e fé no futuro nacional.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das edições do *Almanaque da Parnaíba* entre os anos de 1964 e 1976 possibilitou compreender que a publicação, longe de atuar como um mero repositório informativo, configurou-se como um agente ativo na construção e difusão de representações políticas e culturais favoráveis ao regime militar.

O estudo evidenciou que o *AP* não se limitou à função descritiva ou cronística, mas assumiu uma dimensão ideológica, operando como um dispositivo de poder vinculado às elites locais e aos projetos de modernização conservadora do período. Sob a direção de Ranulpho Torres Raposo, o periódico incorporou e reproduziu o discurso autoritário do regime, legitimando seus valores e objetivos através de estratégias discursivas, imagéticas e editoriais que associavam civismo, moralidade e progresso à figura dos militares e à própria ideia de nação.

A pesquisa evidenciou a premissa de que o *AP* exerceu um papel ativo na legitimação simbólica da ditadura, projetando uma imagem idealizada do regime. Essa adesão manifesta-se em seções de autoria da redação, como o “Prefácio da Edição” e “Nossa Capa”, bem como em textos de colaboradores, nos quais a “Revolução de 1964” é constantemente celebrada como um marco regenerador da moral nacional. Ao exaltar figuras como o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, o general Emílio Garrastazu Médici e o senador Jessé Pinto Freire, o *Almanaque* articulou o discurso da ordem e do progresso com o ideário desenvolvimentista e empresarial, reforçando a crença em um Brasil moralizado e próspero sob tutela militar.

Essa postura adesista revela a profunda imbricação entre o periódico e a elite comercial local, para a qual a ditadura representava uma expectativa de promoção de seus projetos econômicos. A recorrência de menções à Confederação Nacional do Comércio (CNC) e ao Serviço Social do Comércio (SESC) demonstra que o *Almanaque* operava também como um espaço de veiculação do discurso oficial do regime, articulado à promoção dos interesses desenvolvimentistas do empresariado. O enaltecimento das obras de infraestrutura e a retórica de



modernização, como no caso da Transamazônica e da Barragem de Boa Esperança, exemplificam a forma pela qual o desenvolvimento econômico foi apresentado como justificativa para o autoritarismo político, naturalizando a centralização do poder e a repressão em nome da “grandeza nacional”.

Contudo, apesar do estudo ter alcançado seus objetivos centrais, reconhece-se a necessidade de aprofundar a investigação acerca da rede de colaboradores e dos vínculos institucionais entre o *Almanaque*, a CNC e o SESC, cujas interações sugerem uma capilaridade mais ampla do discurso autoritário nas elites regionais. A identificação minuciosa desses agentes e de suas conexões com o empresariado e o Estado pode revelar novos aspectos sobre o papel da imprensa local na consolidação do consenso político e ideológico durante o regime militar.

A contribuição deste trabalho é, portanto, dupla. No plano teórico, posiciona o *AP* na historiografia piauiense como um instrumento de legitimação em um contexto de autoritarismo, articulando-se às reflexões de Castro (2021) e Silva Júnior (2021) sobre as relações entre imprensa, poder e ideologia. No plano concreto, oferece subsídios para futuras pesquisas sobre mídia, propaganda política e memória social, incentivando abordagens de pesquisa que ampliem a compreensão das dinâmicas entre cultura impressa e poder.

Em síntese, a leitura crítica do *corpus* documental analisado das edições do *AP de 1964 a 1976* evidencia que o periódico não foi um simples observador dos acontecimentos, mas um participante ativo da engrenagem simbólica que sustentou a ditadura civil-militar. A escolha intencional por privilegiar os textos que abordaram diretamente a conjuntura estabelecida em 1964, onde o periódico transforma o autoritarismo em discurso de civismo e progresso, fica evidente a contribuição do *AP* na naturalização da dominação política e na legitimação da autoridade das elites econômicas locais. Reconhecer essa atuação é fundamental para compreender as formas sutis e persistentes pelas quais a imprensa regional colaborou para a construção e manutenção de consensos autoritários no Brasil, bem como para pensar o papel da memória impressa na formação das identidades políticas e sociais do Piauí durante a segunda metade do século XX.

## REFERÊNCIAS

ALZUGARAY, Domingo; ALZUGARAY, Cátia (ed.). **ISTOÉ Brasil 500 Anos Atlas Histórico**. São Paulo: Três Redação, 2000.

ARAÚJO, Paulo César de. **Eu não sou cachorro não**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ. **Decreto-Lei nº N.º 74/06, de 15 de maio de 2006**. Denomina de Governador César Cals o anexo da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará. [S. l.], 15 maio 2006.

BRASIL. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**; v. 1/ Comissão Nacional da Verdade. [recurso eletrônico]. Brasília: CNV, 2014.

BRITTO, Antônio Bugyja. Um Presidente 75% Piauiense. In: **Almanaque da Parnaíba**. Ano XLII. Fortaleza, Ceará: Oficinas do Almanaque da Parnaíba, 1965.

CAMPOS, Pedro. Empresas e ditadura, o outro lado: Os grupos econômicos perseguidos pelo regime civil-militar brasileiro; o caso PanAir. In: QUADRAT, Samantha Viz (org.). **60 ANOS DO GOLPE: História, memória e novas abordagens da ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Fólio Digital, 2014, p. 14-39.

CARNEIRO, Antônio. Dez anos de glória para o Brasil. In: **Almanaque da Parnaíba**. Ano LII. Fortaleza, Ceará: Gráfica Ranulpho, 1974.

CARNEIRO, Luís. O Poder Revolucionário de 31 de março. In: **Almanaque da Parnaíba**. Ano LII. Fortaleza, Ceará: Gráfica Ranulpho, 1971.

CARVALHO, Jeferson Luís Marinho de. **Almanack da Parnahyba: leituras da educação em suas páginas (1924-1982)**. Tese (doutorado). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2016.

CASTRO, Francisco José Leandro Araújo de. **Memórias e culturas políticas no norte do Piauí durante o contexto do Golpe de 1964**. Tese (doutorado). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021.

CORREIA, Lauro. Parnaíba – Dia da Padroeira – 11 de outubro de 1973. Inaugurações e contratos. In: **Almanaque da Parnaíba**. Ano LI. Fortaleza, Ceará: Gráfica Ranulpho, 1973.

DE LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-153.

FALCI, Miridan Britto Knox. SESSÃO DE POSSE DA SÓCIA MIRIDAN BRITTO KNOX FALCI (EM 9-3-1995). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHBG)**, Rio de Janeiro, p. 1063-1066, out./dez. 1996.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

FICO, Carlos. **Ditadura militar: prefácios, palestras & posts**. [S. l.]: Edição do Kindle, 2020.

FREITAS, Ana Beatriz Araújo de. As representações de gênero no Almanaque da Parnaíba. **Veredas da História**, Montes Claros, v. 13, n. 1, p. 25–46, jul. 2020.

IBIAPINA FILHO, Francisco Ximenes. **Livro de Ouro dos Ximenes de Aragão**. Brasília: Edição do Autor, 2015.

MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tânia Regina. **Imprensa e Cidade**. São Paulo: UNESP, 2006.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A história política e o conceito de cultura política. In: **LPH: Revista De História**. Ouro Preto: Editora da UFOP, v. 6, n. 6, p. 92–100, jul. 1996.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

NETO, Manuel Domingos. A perspectiva do ALMANAQUE (Almanaque e a Política). In: **Almanaque da Parnaíba**. Ano LX. Teresina, Piauí: Companhia Editora do Piauí (COMEPI), 1984.

NIREZ, Miguel Ângelo de Azevedo. Datas e fatos para a história do Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**, Ceará, 2006.

OLIVEIRA, Hilário Gaspar de. Como salvar o Brasil. In: **Almanaque da Parnaíba**. Ano XLIII. Fortaleza, Ceará: Oficinas do Almanaque da Parnaíba, 1965.

PASSOS, Caio. **Parnaíba, Cada Rua - Sua História**. Parnaíba: [s. n.], 1982.

RAPOSO, Ranulpho Torres. Ao Mérito. In: **Almanaque da Parnaíba**. Ano XIX. Ceará: Tipografia Minerva, 1941.

\_\_\_\_\_. Prefácio da Edição. In: **Almanaque da Parnaíba**. Ano XLII. Fortaleza, Ceará: Oficinas do Almanaque da Parnaíba, 1964.

\_\_\_\_\_. Prefácio da Edição. In: **Almanaque da Parnaíba**. Ano XLIII. Fortaleza, Ceará: Oficinas do Almanaque da Parnaíba, 1965.

\_\_\_\_\_. Prefácio da Edição. In: **Almanaque da Parnaíba**. Ano LI. Fortaleza, Ceará: Oficinas do Almanaque da Parnaíba, 1973.

REDAÇÃO. Nossa Capa. In: **Almanaque da Parnaíba**. Ano XXXVI. Fortaleza, Ceará: Oficinas do Almanaque da Parnaíba, 1959.

\_\_\_\_\_. Nossa Capa. In: **Almanaque da Parnaíba**. Ano XLIII. Fortaleza, Ceará: Oficinas do Almanaque da Parnaíba, 1965.

\_\_\_\_\_. Nossa Capa. In: **Almanaque da Parnaíba**. Ano XLVI. Fortaleza, Ceará: Oficinas do Almanaque da Parnaíba, 1968.

\_\_\_\_\_. Nossa Capa. In: **Almanaque da Parnaíba**. Ano LI. Fortaleza, Ceará: Gráfica Editorial Cearense, 1973.

\_\_\_\_\_. Nossa Capa. In: **Almanaque da Parnaíba**. Ano LIV. Fortaleza, Ceará: Gráfica Editorial Cearense, 1976.

\_\_\_\_\_. Nossa Capa. In: **Almanaque da Parnaíba**. Ano LVIII. Fortaleza, Ceará: Gráfica Editorial Cearense, 1980.

\_\_\_\_\_. O SESC no Piauí. In: **Almanaque da Parnaíba**. Ano XLVI. Fortaleza, Ceará: Oficinas do Almanaque da Parnaíba, 1968.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura e Democracia no Brasil: do Golpe de 1964 à Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

SAMPAIO, Ciro. Brasil Livre. In: **Almanaque da Parnaíba**. Ano L. Fortaleza, Ceará: Gráfica Ranulpho, 1972.

SANTOS, João de Deus. Emílio Garrastazu Médici (Acróstico). In: **Almanaque da Parnaíba**. Ano LII. Fortaleza, Ceará: Gráfica Ranulpho, 1971.

SILVA JUNIOR, Julimar Mello da. **Representações político-sociais no Almanaque da Parnaíba (1960–1985)**. Monografia (licenciatura). Universidade Estadual do Piauí, Parnaíba, 2021.

SOUZA, Cleto Sandys Nascimento de. **Almanack da Parnahyba: desejo de modernidade sob o véu da barbárie em Parnaíba – Piauí (1924 - 1941)**. Tese (doutorado). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018.

SOUZA, Priscila Saraiva de Moura. **Em busca de uma cidade moderna: transformações urbanas e representações de Parnaíba em seu almanaque (1924 - 1941)**. Tese (doutorado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2024.

VASCONCELOS, Cláudio Beserra de et al. **A ditadura empresarial-militar, o grande capital e as lutas de classes no brasil**. *Germinal: marxismo e educação em debate*, Salvador, v. 16, n. 1, p. 1-20, Abril 2024.